|  |
| --- |
| **OBSERVAÇÕES:****1. A LICITANTE DEVE ATENTAR PARA AS DESCRIÇÕES DA BEC CORRELACIONANDO-AS COM OS LOTES DO EDITAL.****2. RESSALTAMOS QUE A ORDEM DE DISPOSIÇÃO NA BEC NÃO CORRESPONDE, NECESSARIAMENTE, À ORDEM DE LOTES DO EDITAL, DEVENDO A EMPRESA CORRELACIONAR A DESCRIÇÃO DA BEC CONFORME ANEXO 13 DO EDITAL.****3. A LICITANTE DEVE MANTER SEMPRE ATUALIZADOS NO SISTEMA BEC/SP OS DADOS CADASTRAIS DA EMPRESA, INCLUSIVE, SE FOR O CASO, OS DADOS QUE DIGAM RESPEITO AO ENQUADRAMENTO DA EMPRESA NA CONDIÇÃO DE ME OU EPP.** |

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 047/2019**

**PROCESSO N° 397/2018 – DG/MP**

**OFERTA DE COMPRA N°: 270101000012019OC00032**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** [**www.bec.fazenda.sp.gov.br**](http://www.bec.fazenda.sp.gov.br/) **ou** [**www.bec.sp.gov.br**](http://www.bec.sp.gov.br/)

**DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 13/06/2019**

**DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 28/06/2019 às 11:30 HORAS.**

**PREGOEIRA: ALESSANDRA MARCHI MACEDO**

 O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**, por intermédio de seu Diretor-Geral, **Doutor RICARDO DE BARROS LEONEL**, Promotor de Justiça, no exercício da competência delegada pelo Ato nº 045/03-PGJ, de 15 de maio de 2003, torna público que se acha aberta, nesta Unidade, licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado “Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – Sistema BEC/SP”, com utilização de recursos de tecnologia da informação, denominada **PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO TOTAL POR LOTE,** Processo n° 397/2018 – DG/MP, objetivando a **contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva mensal, corretiva e assepsia, incluindo o fornecimento de gases, fluidos, peças ou componentes, às expensas da licitante vencedora, em equipamentos de ar-condicionado do tipo *Janela*, *Split*, bem como em equipamentos do tipo *Cortina de Ar* instalados em diversas unidades desta instituição,** conforme **Anexo 1, Partes “A”, “B” e “C”,** deste edital, que será regida pela Lei Federal n° 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo Decreto Estadual n° 49.722, de 24 de junho de 2005, pelo regulamento anexo a Resolução n° CC-27, de 25 de maio de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, do Decreto Estadual n° 47.297, de 6 de novembro de 2002, e pelo Ato nº 045/03 – PGJ de 15.05.2003, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

 As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e serão encaminhadas por meio eletrônico, após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo – CAUFESP.

 A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico [**www.bec.sp.gov.br**](http://www.bec.sp.gov.br/) ou [**www.bec.fazenda.sp.gov.br**](http://www.bec.fazenda.sp.gov.br/), no dia e hora mencionados no preâmbulo deste Edital e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, todos designados nos autos do processo em epígrafe e indicados no sistema pela Autoridade Competente.

**I – DO OBJETO**

 A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assepsia em equipamentos condicionadores de ar do tipo *Janela*, *Split*, bem como em aparelhos do tipo *Cortina de Ar*, instalados nas diversas unidades do Ministério Público do Estado de São Paulo, tanto na Capital quanto nas cidades do interior, conforme relação constante das **Partes “B”** e **“C”** do **Anexo 1** deste edital, incluindo mão de obra especializada e fornecimento, às expensas da licitante vencedora, sem qualquer exceção, de peças, componentes, gases, fluidos e demais elementos necessários ao correto funcionamento dos equipamentos.

**II – DA PARTICIPAÇÃO**

**1** -Poderão participar do certame todos os interessados em contratar com a Administração Estadual que estiverem registrados no CAUFESP, em atividade econômica compatível com o seu objeto, que sejam detentores de senha para participar de procedimentos eletrônicos e tenham credenciado os seus representantes, na forma estabelecida no regulamento que disciplina a inscrição no referido Cadastro.

**1.a. -** Por força do art. 47, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 123 de 14/12/2006, bem como em face do valor médio de mercado apurado para a realização do objeto, os itens 06, 07 e 16 do presente certame destinam-se à **participação** **exclusiva** das microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas.

**1.1** - O registro no CAUFESP, o credenciamento dos representantes que atuarão em nome da licitante no Sistema de Pregão Eletrônico e a senha de acesso, deverão ser obtidos anteriormente à abertura da sessão pública e autorizam a participação em qualquer pregão eletrônico realizado por intermédio do Sistema BEC/SP.

**1.2** - As informações a respeito das condições exigidas e dos procedimentos a serem cumpridos, para o registro no CAUFESP, para o credenciamento de representantes e para a obtenção de senha de acesso, estão disponíveis no endereço eletrônico [**www.bec.sp.gov.br**](http://www.bec.sp.gov.br/)ou [**www.bec.fazenda.sp.gov.br**](http://www.bec.fazenda.sp.gov.br/)**.**

**1.3** - Além das vedações estabelecidas pelo artigo 9º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, não será admitida a participação, neste certame licitatório, de pessoas jurídicas:

**1.3.1** - Que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública estadual, direta e indireta, com base no artigo 87, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993 e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

**1.3.2** - Que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública federal, estadual ou municipal, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/1993.

**1.3.3** - Que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a autoridade competente, o Pregoeiro, o subscritor do edital ou algum dos membros da respectiva equipe de apoio, nos termos do artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/1993.

**1.3.4** - Que não tenham representante legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativamente ou judicialmente.

**1.3.5** - Que estejam reunidas em consórcio ou sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si.

**1.3.6** - Que tenham sido proibidas pelo Plenário do CADE de participar de licitações promovidas pela Administração Pública federal, estadual, municipal, direta e indireta, em virtude de prática de infração à ordem econômica, nos termos do artigo 38, inciso II, da Lei Federal nº 12.529/2011.

**1.3.7** - Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sansão restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do art. 72, § 8º, inciso V, da Lei Federal nº 9.605/1998.

**1.3.8** - Que tenham sido proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992.

**1.3.9** - Que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com a Administração Pública, nos termos da lei.

**1.3.10** – Que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública estadual, direta e indireta, por desobediência à Lei de Acesso à Informação, nos termos do artigo 33, inciso IV e V, da Lei Federal nº 12.527/2011 e do artigo 74, incisos IV e V, do Decreto Estadual nº 58.052/2012.

**2** - A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado ao acessar, inicialmente, o ambiente eletrônico de contratações do Sistema BEC/SP, declare, mediante assinalação nos campos próprios, que inexiste qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, que conhece e aceita os regulamentos do Sistema BEC/SP, relativos à Dispensa de Licitação, Convite e Pregão Eletrônico.

**3** - A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante. Em caso de perda ou quebra do sigilo da senha de acesso, caberá ao interessado efetuar seu cancelamento por meio do sítio eletrônico [www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br/) (opção “CAUFESP”) conforme Resolução CC\_27, de 25.05.2006.

**4** - Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada Pregão Eletrônico.

**5** **-** O envio da(s) proposta(s) vinculará a(s) licitante(s) ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

**5.1-** A(s) licitante(s) aceita(m) todas as condições do presente Pregão, bem como se sujeitam integralmente às disposições legais que regem as normas gerais sobre licitações e contratos no âmbito do Poder Público, inclusive o Ato (N) nº 308/2003-PGJ, de 18.03.03.

**5.2 -** A(s) licitante(s) fica(m) ciente(s) de que toda empresa contratada por Órgão Público deverá ter condições para pronta apresentação de documento comprobatório de regularidade perante o sistema de Seguridade Social **(Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União)**, nos termos do parágrafo 3º, do artigo 195 da Constituição Federal; e de que sua verificação e apresentação com data recente e dentro de sua validade, faz-se exigível para fins de liberação de pagamento final; e de que o mesmo documento público encontra-se acessível no site: [**http://www.pgfn.fazenda.gov.br**](http://www.pgfn.fazenda.gov.br/).

**6** **-**  Para o exercício do direito de preferência de que trata o subitem 6, bem como para a fruição do benefício da habilitação com irregularidade fiscal e trabalhista previsto na alínea *“f”*, do subitem 9, ambos do item V deste Edital, a condição de microempresa, de empresa de pequeno porte, ou de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei federal n° 11.488, de 15/06/2007, deverá constar do registro da licitante junto ao CAUFESP.

**III – DAS PROPOSTAS**

**1 -** As propostas deverão ser enviadas por meio eletrônico disponível no endereço [**www.bec.sp.gov.br**](http://www.bec.sp.gov.br/) na opção “PREGÃO – ENTREGAR PROPOSTA”, desde a divulgação da íntegra do Edital no referido endereço eletrônico, até o dia e horário previstos no preâmbulo para a abertura da sessão pública, devendo a licitante, para formulá-las, assinalar a declaração de que cumpre integralmente os requisitos de habilitação constantes do Edital.

**2 -**  Os preços mensal e anual para prestação dos serviços serão ofertados no formulário eletrônico próprio, em moeda corrente nacional, em algarismos, apurados à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, diretos ou indiretos, relacionados à prestação de serviços, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, inclusive gastos com transporte, observada a legislação vigente.

**2.1** - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no edital e seus anexos.

**2.2** - A licitante deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, tais como aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídios coletivos de trabalho.

**2.3**- Em se tratando de licitação do tipo **MENOR PREÇO TOTAL POR LOTE**, não haverá necessidade de a licitante obrigatoriamente cotar todos os LOTES.

**2.4** - O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados da data da sessão de processamento do Pregão Eletrônico.

**2.5 –** Não será admitida cotação em quantidade inferior à prevista no Edital.

**2.5.1** **–** Deverão ser cotadas as manutenções (preventivas e corretivas – contemplando-se o fornecimento de peças, gases, fluidos e demais componentes necessários) de todos equipamentos relacionados em cada LOTE para o qual a proponente deseje concorrer, sob pena de desclassificação da proposta, nos termos do item V, subitem 2.1, alínea “d”, deste Edital.

**IV – DA HABILITAÇÃO**

**1** - O julgamento da habilitação se processará na forma prevista no subitem 9, do item V, deste Edital, mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito a:

**1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA**

 **a)** Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de Empresário Individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI;

 **b)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na junta comercial, tratando-se de sociedade empresária;

 **c)** Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária;

 **d)** Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício.

 **e)** Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim a exigir.

**1.2 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

 **a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda **(CNPJ)**;

 **b)** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo à sede ou domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

 **c)** Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço **(CRF – FGTS)**;

 **d)** Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas **(CNDT)**;

 **e)** Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

 **f)** Certidões de regularidade de débito com as Fazendas Estadual e Municipal, da sede ou do domicílio do licitante.

**1.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO – FINANCEIRA**

 **a)** Certidão Negativa de Falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou do domicílio do empresário individual.

 **a.1)** Se a licitante for sociedade não empresária, a certidão mencionada na alínea *“a”*, deste subitem 1.3, deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil.

 **a.2)** Caso a licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.

**1.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**a)** Original ou cópia da Certidão de registro de pessoa jurídica, dentro do prazo de validade, junto ao CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

**a.1)** Atestado(s) ou Certidão(dões) de Capacidade Operacional, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, **necessariamente em nome da licitante**, que comprove(m) a execução de serviços de manutenção de equipamentos da mesma espécie dos relacionados no **Anexo – 1 (Parte “B”)** deste edital, nas quantidades mínimas abaixo indicadas:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **LOTE** | **ÁREA REGIONAL** | **JANELA** | **SPLIT** | **CORT. AR** |
| 1 | Araçatuba | **QUANTIDADES MÍNIMAS** | 6 | 26 | 1 |
| 2 | Bauru | 8 | 64 | 1 |
| 3 | Campinas | 51 | 33 | 1 |
| 4 | Capital | 61 | 88 | 1 |
| 5 | Franca | 9 | 19 | 1 |
| 6 | Grande SP - I | 23 | 14 | 1 |
| 7 | Grande SP - II | 5 | 22 | 1 |
| 8 | Grande SP - III | 6 | 73 | 1 |
| 9 | Piracicaba | 32 | 16 | 1 |
| 10 | Presidente Prudente | 15 | 75 | 1 |
| 11 | Ribeirão Preto | 18 | 70 | 1 |
| 12 | Santos | 13 | 23 | 1 |
| 13 | São José do Rio Preto | 18 | 56 | 1 |
| 14 | Sorocaba | 20 | 46 | 1 |
| 15 | Taubaté | 8 | 30 | 1 |
| 16 | Vale do Ribeira | 6 | 2 | 1 |

 **a.1.1)** A comprovação a que se refere a alínea “a.1” poderá ser efetuada pelo somatório das quantidades realizadas em tantos atestados ou certidões quanto dispuser a licitante.

**a.2)** Quanto aos Responsáveis Técnicos, a qualificação far-se-á mediante comprovação, pela licitante, de possuir no seu quadro permanente, na data de abertura da sessão pública, profissional(nais) de nível superior nas áreas de Engenharia Mecânica e Engenharia Elétrica, registrados no CREA com habilitações profissionais para exercerem as competências previstas na Resolução nº 218 de 29/06/73 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA. Tal comprovação de vínculo profissional deverá ser feita, conforme o caso, por meio da juntada, alternativamente, de:

 **a.2.1)** Cópia da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social com o devido registro ou;

 **a.2.2)** Vínculo societário com a empresa (Contrato Social e sua última alteração) ou;

 **a.2.3)** Ficha de Registro de Empregado ou do Livro correspondente devidamente registrado no Ministério do Trabalho ou;

 **a.2.4)** Contrato de Trabalho / Prestação de Serviços.

**a.3)** Será ainda admitida a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços.

**a.4)** Serão aceitos Responsáveis Técnicos segundo as atribuições estipuladas pela Resolução CONFEA nº 218/1973.

**a.5)** O(s) Responsável(eis) técnico(s) deverão comprovar capacidade técnica mediante apresentação das seguintes Certidões emitidas pelo CREA: Registro Profissional; Acervo Técnico e; Quitação.

**a.6)** Os profissionais indicados pela licitante, para fins de comprovação de capacitação técnico-profissional, deverão participar dos serviços, admitindo-se sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pelo Ministério Público.

**1.5 - OUTRAS COMPROVAÇÕES**

**1.5.1 –** Declarações subscritas por representante legal da licitante, elaboradas em papel timbrado, atestando que:

 **a)** se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, conforme modelo anexo ao Decreto estadual n°. 42.911, de 06/03/1998 **(Anexo 2)**;

 **b)** inexiste impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração **(Anexo 3)**;

 **c)** a inexistência de parentesco **(Anexo 7)**;

 **d)** de elaboração independente de proposta e atuação conforme ao marco legal anticorrupção **(Anexo 8)**;

 **e)** Atestado de Vistoria (somente no caso da licitante a ter realizado, eis que não obrigatória), fornecida pelo Ministério Público, comprovando que a licitante visitou os equipamentos e o local onde serão executados os serviços e tomou conhecimento da natureza e vulto dos serviços técnicos especializados, para utilização das técnicas e normas vigentes, necessárias ao perfeito desenvolvimento dos serviços **(Anexo 9)**.

 **f)** Planilha de Composição de Custos Profissionais, conforme **Anexo 10**, que deverá ser apresentada somente pela empresa vencedora, **imediatamente** após solicitado pelo Pregoeiro.

 **g)** Planilha Orçamentária da Proposta, conforme **Anexo 11**, que deverá ser apresentada somente pela empresa vencedora, **imediatamente** após solicitado pelo Pregoeiro.

**2** - **DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO**

**2.1 –** Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, serão aceitas como válidas as expedidas até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

**2.2 –** A Certidão Positiva com Efeitos de Negativa tem os mesmos efeitos da Certidão Negativa.

**2.3** – Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**2.3.1** - Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante deste processo licitatório, execute o futuro contrato, deverá ela apresentar toda documentação de habilitação de ambos os estabelecimentos.

**2.4** - O Pregoeiro, a seu critério, poderá diligenciar para esclarecer dúvidas ou obter a confirmação do teor das declarações e comprovações indicadas nos subitens 1.4 e 1.5 do item IV este edital, aplicando-se, em caso de falsidade, as sanções penais e administrativas pertinentes, garantindo os direitos ao contrário e à ampla defesa.

**V – DA SESSÃO PÚBLICA E DO JULGAMENTO**

**1** - No dia e horário previstos neste Edital, o Pregoeiro dará início à sessão pública do Pregão Eletrônico, com a abertura automática das propostas e a sua divulgação, pelo sistema, na forma de grade ordenatória, em ordem crescente de preços.

**2** - A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**2.1** - Será desclassificada a proposta:

 **a)** cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste Edital;

 **b)** que apresente preço(s), baseado(s) exclusivamente em proposta das demais licitantes;

 **c)** que, por ação da licitante ofertante, contenha elementos que permita a sua identificação;

 **d)** que não tenha apresentado cotação para todos os equipamentos do LOTE sob julgamento;

 **e)** que apresente proposta alternativa;

 **f)** que não atenda ao especificado nos subitens 2 a 2.5.1 do item III do Edital.

**2.1.1** - A desclassificação se dará por decisão motivada do Pregoeiro.

**2.2** -Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

**2.3** - O eventual desempate de propostas, do mesmo valor será promovido pelo sistema, com observância dos critérios legais estabelecidos para tanto.

**3** - Nova grade ordenatória será divulgada pelo sistema, contendo a relação das propostas classificadas e das desclassificadas.

**4** - Será iniciada a etapa de lances, com a participação de todas as licitantes detentoras de propostas classificadas.

**4.1** - A formulação de lances será efetuada, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico.

**4.1.1** - Os lances deverão ser formulados, em relação a cada LOTE, em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, ou em valores distintos e decrescentes inferiores ao último valor apresentado pela própria licitante ofertante, observada, em ambos os casos, a redução mínima entre eles aplicável, inclusive, em relação ao primeiro formulado, prevalecendo o primeiro lance recebido quando ocorrerem 2 (dois) ou mais lances do mesmo valor. O valor de redução mínima será de **R$ 100,00 (cem reais).**

**4.1.2 –** A aplicação do valor de redução mínima entre os lances incidirá sobre o preço total de cada LOTE.

**4.2 -** A etapa de lances terá a duração de 15 (quinze) minutos.

**4.2.1 -** A duração da etapa de lances será prorrogada automaticamente pelo sistema, visando à continuidade da disputa, quando houver lance admissível ofertado nos últimos 3 (três) minutos do período de que trata o subitem 4.2 ou nos sucessivos períodos de prorrogação automática.

**4.2.1.1** - Não havendo novos lances ofertados, nas condições estabelecidas no subitem 4.2.1, a duração da prorrogação encerrar-se-á, automaticamente, quando atingido o terceiro minuto contado a partir do registro no sistema, do último lance que ensejar prorrogação.

**4.3** - No decorrer da etapa de lances, as licitantes serão informadas pelo sistema eletrônico:

 **a)** dos lances admitidos e dos inválidos, horários de seus registros no sistema e respectivos valores;

 **b)** do tempo restante para o encerramento da etapa de lances.

**4.4** - A etapa de lances será considerada encerrada, findos os períodos de duração indicados no subitem 4.2.

**5** - Encerrada a etapa de lances, o sistema divulgará a nova grade ordenatória, contendo a classificação final, em ordem crescente de valores.

**5.1** - Para essa classificação será considerado o último preço admitido, de cada licitante.

**6** - Com base na classificação a que alude o subitem 5 deste item, será assegurada às licitantes microempresas, empresas de pequeno porte que preencham as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei federal n° 11.488, de 15/06/2007, preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

**6.1** - A(s) microempresa(s) e empresa(s) de pequeno porte que preencha(m) as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei federal n° 11.488, de 15/06/2007, observadas também as disposições da Lei estadual nº 16.928, de 16/01/2019, detentora(s) da(s) proposta(s) de menor(es) valor(es), dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao(s) valor(es) da(s) proposta(s) melhor(es) classificada(s), será(ão) convocada(s) pelo pregoeiro, para que apresente(m) preço(s) inferior(es) ao(s) da(s) melhor(es) classificada(s), no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.

**6.1.1** - A convocação recairá sobre a licitante vencedora de sorteio, no caso de haver propostas empatadas, nas condições do subitem 6.1.

**6.2** - Não havendo a apresentação de novo(s) preço(s), inferior(es) ao(s) preço(s) da(s) proposta(s) melhor(es) classificada(s), serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas, empresas de pequeno porte que preencham as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei federal n° 11.488, de 15/06/2007, observadas também as disposições da Lei estadual nº 16.928, de 16/01/2019, cujos valores das propostas se enquadrem nas condições indicadas no subitem 6.1.

**6.3** - Caso a(s) detentora(s) da(s) melhor(es) oferta(s), de acordo com a classificação de que trata o subitem 5, seja(m) microempresa(s), empresa(s) de pequeno porte, que preencha(m) as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei federal n° 11.488, de 15/06/2007, observadas também as disposições da Lei estadual nº 16.928, de 16/01/2019, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação do(s) preço(s).

**7** - O Pregoeiro poderá negociar com o(s) autor(es) da(s) oferta(s) de menor valor, obtida(s) com base nas disposições dos subitens 6.1 e 6.2, ou, na falta desta(s), com base na classificação de que trata o subitem 5, mediante troca de mensagens abertas no sistema, com vistas à redução do(s) preço(s).

**8** - Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do(s) menor(es) preço(s), decidindo motivadamente a respeito.

**8.1** - A aceitabilidade de preços será aferida a partir dos preços de mercado vigentes, apurados mediante pesquisa realizada por este Ministério Público, juntada aos autos. A licitante autora do menor preço, ainda deverá encaminhar documento constante no **Anexo 10**, **imediatamente** após solicitado pelo pregoeiro.

**9** - Considerada(s) aceitável(is) a(s) oferta(s) de menor(es) preço(s), passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação, observando as seguintes diretrizes:

 **a)** verificação dos dados e informações do autor da oferta aceita, constantes do CAUFESP e extraídos dos documentos indicados no item IV deste Edital;

 **b)** caso os dados e informações constantes no CAUFESP não atendam aos requisitos estabelecidos no item IV deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas, mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos hábeis de informações;

 **b.1)** essa verificação será certificada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos, os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada;

 **c)** a licitante poderá, ainda, suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas, relativas ao cumprimento dos requisitos e condições de habilitação estabelecidos no Edital, mediante a apresentação de documentos, desde que os envie no curso da própria sessão pública do pregão e até a decisão sobre a habilitação, por meio de ferramenta disponibilizada no “chat” (*clicar no pictograma em forma de clipe, escolher o arquivo e clicar em “abrir”*) ou por meio de fac-símile para o número (11) 3119-9125 ou, ainda, por correio eletrônico para o endereçocjl@mpsp.mp.br;

 **c.1)** sem prejuízo do disposto nas alíneas *“a”*, *“b”*, *“c”*, *“d”* e *“e”*, deste subitem 9, serão apresentados, obrigatoriamente, pelos meios indicados na alínea “c”, acima, as declarações a que se refere o subitem 1.5.1 do item IV deste Edital;

 **d)** A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações, no momento da verificação a que se refere a alínea *“b”*, ou dos meios para a transmissão de cópias de documentos a que se refere a alínea *“c”*, ambas deste subitem 9, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades e/ou não sendo supridas ou saneadas as eventuais omissões ou falhas, na forma prevista nas alíneas *“b”* e *“c”*, a(s) licitante(s) será(ão) inabilitada(s), mediante decisão motivada;

 **e)** Os originais ou as cópias autenticadas por tabelião de notas, dos documentos enviados na forma prevista na alínea *“c”* deste subitem 9,deverão ser apresentados na Comissão Julgadora de Licitações, situada Rua Riachuelo, 115, 5º andar, sala 510, São Paulo, SP, em até 02 (dois) dias úteis após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis;

 **e.1)** Os documentos poderão ser apresentados em cópia simples, desde que acompanhados dos originais, para que sejam autenticados por servidor da Administração ou por publicação em órgão da imprensa oficial.

 **f)** Para habilitação de microempresas, empresas de pequeno porte, ou cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei federal n° 11.488, de 15/06/2007, observadas também as disposições da Lei estadual nº 16.928, de 16/01/2019, não será exigida comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mas será obrigatória a apresentação dos documentos indicados no subitem 1.2, alíneas “a” a “e” do item IV deste Edital, ainda que os mesmos veiculem restrições impeditivas à referida comprovação;

 **g)** Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a(s) licitante(s) será(ão) habilitada(s) e declarada(s) vencedora(s) do certame;

 **h)** Por meio de aviso lançado no sistema, o Pregoeiro informará às demais licitantes que poderão consultar as informações cadastrais da(s) licitante(s) vencedora(s) utilizando opção disponibilizada no próprio sistema para tanto. Deverá, ainda, informar o teor dos documentos recebidos por fac-símile ou outro meio eletrônico.

**10** - A(s) licitante(s) habilitada(s) nas condições da alínea "f”, do subitem 9 deste item V, deverá(ão) comprovar sua regularidade fiscal e trabalhista, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

**11** - A comprovação de que trata o subitem 10 deste item V deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do momento em que a(s) licitante(s) for(em) declarada(s) vencedora(s) do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

**12** - Ocorrendo a habilitação na forma indicada na alínea "f”, do subitem 9, a sessão pública será suspensa pelo Pregoeiro, observados os prazos previstos no subitem 11, para que a(s) licitante(s) vencedora(s) possa(m) comprovar a regularidade fiscal e trabalhista de que tratam os subitens 10 e 11 deste item V.

**13** - Por ocasião da retomada da sessão, o Pregoeiro decidirá motivadamente sobre a comprovação ou não da regularidade fiscal e trabalhista de que tratam os subitens 10 e 11 deste item V, ou sobre a prorrogação de prazo para a mesma comprovação, observado o disposto no mesmo subitem 11.

**14** - Se a(s) oferta(s) não for(em) aceitável(eis), se a(s) licitante(s) desatender(em) às exigências para a habilitação, ou não sendo saneada a irregularidade fiscal e trabalhista, nos moldes dos subitens 10 a 13, deste item V, o Pregoeiro, respeitada a ordem de classificação de que trata o subitem 5 do mesmo item V, examinará a(s) oferta(s) subsequente(s) de menor preço, negociará com o(s) seu(s) autor(es), decidirá sobre a(s) sua(s) aceitabilidade(s) e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo(s) autor(es) atenda(m) aos requisitos de habilitação, caso em que será(ão) declarado(s) vencedor(es).

**15)** Quando todas as licitantes forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, o Pregoeiro poderá fixar às licitantes o prazo de oito dias úteis para apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste subitem.

**VI – DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

**1** - Divulgado o(s) vencedor(es) ou, se for o caso, saneada a irregularidade fiscal e trabalhista nos moldes dos subitens 10 a 13 do item V, o Pregoeiro informará às licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão interpor recurso, imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando para tanto, exclusivamente, campo próprio disponibilizado no sistema.

**2** - Havendo interposição de recurso, na forma indicada no subitem "1" deste item, o Pregoeiro, por mensagem lançada no sistema, informará aos recorrentes que poderão apresentar memoriais contendo as razões de recurso, no prazo de 3 (três) dias após o encerramento da sessão pública, e às demais licitantes que poderão apresentar contrarrazões, em igual número de dias, os quais começarão a correr do término do prazo para apresentação de memoriais, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, no endereço da unidade promotora da licitação, ou seja, Rua Riachuelo, 115 – 5º andar – sala 506 – Centro – São Paulo.

**2.1** - Os memoriais de recurso e as contrarrazões serão oferecidos por meio eletrônico, no sítio [**www.bec.sp.gov.br**](http://www.bec.sp.gov.br/) ou [**www.bec.fazenda.sp.gov.br**](http://www.bec.fazenda.sp.gov.br/)**,** opção RECURSO, e a apresentação de documentos relativos às peças antes indicadas, se houver, será efetuada mediante protocolo, na Rua Riachuelo, 115 – térreo – Centro – São Paulo, observados os prazos estabelecidos no subitem 2, deste item.

**3** - A falta de interposição na forma prevista no subitem "1" deste item importará a decadência do direito de recurso e o pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao(s) vencedor(es), na própria sessão, propondo à autoridade competente a homologação do procedimento licitatório.

**4** - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à(s) licitante(s) vencedora(s) e homologará o procedimento licitatório.

**5** - O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**6** - A adjudicação será feita por LOTE, considerando o valor total atribuído a cada um deles.

**VII – DA DESCONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO**

**1** - À(s) licitante(s) caberá(ão) acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.

**2** - A desconexão do sistema eletrônico com o Pregoeiro, durante a sessão pública, implicará:

 **a)** fora da etapa de lances, a sua suspensão e o seu reinício, desde o ponto em que foi interrompida. Neste caso, se a desconexão persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública deverá ser suspensa e reiniciada somente após comunicação expressa às licitantes de nova data e horário para a sua continuidade;

 **b)** durante a etapa de lances, a continuidade da apresentação de lances pelas licitantes, até o término do período estabelecido no Edital.

**3** - A desconexão do sistema eletrônico com qualquer licitante não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame.

**VIII – DA VISITA TÉCNICA E DOS LOCAIS DE EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

**1** - A licitante poderá realizar “Visita Técnica” para verificar as condições locais, avaliar a quantidade e a natureza dos trabalhos, materiais e equipamentos necessários à realização do objeto da contratação. Tal disponibilização tem por objetivo permitir às interessadas a coleta de informações e subsídios que julgarem necessários para a elaboração da sua proposta, de acordo com o que a própria interessada julgar conveniente, não cabendo, portanto, à Administração, nenhuma responsabilidade em função de insuficiência dos dados levantados por ocasião da visita técnica.

**a)** Será fornecido o “Atestado de Vistoria” pelo Servidor Responsável pelo acompanhamento da vistoria, conforme modelo constante no **Anexo 9.**

**b)** A licitante poderá realizar, sempre às suas expensas, quantas visitas técnicas entender necessárias. Cada visita deverá ser previamente agendada junto à respectiva unidade do MPSP, conforme relação do **Anexo I, Parte “C”,** deste Edital, e poderá ser realizada até o dia imediatamente anterior à Sessão Pública.

**c)** Competirá a cada interessada, quando da visita técnica, fazer-se acompanhar dos técnicos e especialistas que entender suficientes para colher as informações necessárias à elaboração da sua proposta.

**d)** As prospecções, investigações técnicas e quaisquer procedimentos adotados durante a visita técnica **não** poderão interromper a rotina de trabalho do Ministério Público do Estado de São Paulo (ou fórum, se for o caso).

**e)** A visita não é obrigatória, mas a proponente NÃO PODERÁ PLEITEAR, em hipótese alguma, modificações nos espaços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o local em que será executado o objeto da contratação.

**IX – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

**1** - O objeto da presente licitação será recebido, mensalmente, por meio de Termo de Aceite definitivo, atestando a execução de serviço, subscrito pelo Agente Fiscalizador ou funcionário previamente determinado para recebê-lo, em até 5 (cinco) dias úteis, contados da data final do período da manutenção acompanhado da nota fiscal/fatura representativa da prestação dos serviços, de acordo com o estabelecido no item XI deste Edital.

**2** -Havendo rejeição dos serviços, no todo ou em parte, a licitante vencedora deverá refazê-los no prazo estabelecido pela Administração, observando as condições estabelecidas para a realização dos serviços.

**2.1** - Na impossibilidade de serem refeitos os serviços rejeitados, ou na hipótese de não serem os mesmos executados, o valor respectivo será descontado da importância mensal devida à contratada, mormente item 12 do Memorial Descritivo que acompanha este Edital (Anexo 1 – Parte “A”), sem prejuízo da aplicação das sanções a tanto pertinentes.

**X – DA CONTRATAÇÃO**

**1** - A licitante declarada vencedora deverá apresentar na assinatura do contrato, comprovação de possuir no seu quadro permanente os profissionais necessários para execução dos serviços, sendo, no mínimo, 01 (um) Técnico Mecânico, 01 (um) Auxiliar Mecânico e 01 (um) Eletricista. A comprovação dos vínculos profissionais será por meio da juntada de:

 a) Cópia da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social com o devido registro;

 b) ou ficha de Registro de Empregado ou do Livro correspondente devidamente registrado no Ministério do Trabalho;

 c) ou Contrato de Trabalho / Prestação de Serviços.

**1.1** - As comprovações de capacidade técnica mínima dos profissionais citados no item anterior, deverão ser disponibilizadas em cópia autenticada como segue:

 a) Técnico Mecânico – Certificado em curso técnico de refrigeração, expedido por Instituição reconhecida pelo MEC.

 b) Auxiliar Mecânico – Certificado de curso na área de refrigeração, expedido por Instituição ou empresa do ramo educacional.

 c) Eletricista – Certificado de curso na área de instalações elétricas, expedido por Instituição ou empresa do ramo educacional, além de certificado referente curso do 1º módulo de 40 horas da NR-10 (Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho).

**1.2 -** Havendo necessidade da eventual ausência dos profissionais, a contratada deverá substituí-los informando os gestores do MPSP com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, incluindo apresentação dos documentos citados nos itens 1 e 1.1, exceto por força maior diante de período inferior ao mencionado na qual a contratada deverá emitir justificativa por escrito. De qualquer forma, A CONTRATADA DEVERÁ GARANTIR A PRESTAÇÃO ININTERRUPTA DOS SERVIÇOS.

**1.3 -** Apresentar cópia autenticada das Anotações de Responsabilidade Técnica – ART referente à supervisão de serviços do Engenheiro Mecânico e Engenheiro Eletricista, juntando comprovante de recolhimento com base no valor total do contrato.

**2** - A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante a assinatura do Termo Contratual, cuja minuta integra este edital como **Anexo 4**.

**2.1** - Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Nacional, estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

**2.2** - Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 3 (três) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata o subitem 1.1 do item X, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

**2.2.1** - Constitui condição para a celebração da contratação a inexistência de registros em nome da adjudicatária no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo – CADIN ESTADUAL, o qual deverá ser consultado por ocasião da respectiva celebração.

**3** - A Adjudicatária deverá, no prazo de **2** (dois) dias corridos, contados da data da convocação, que se dará por meio de publicação no Diário Oficial, comparecer à Assessoria Técnica da Diretoria-Geral (Rua Riachuelo nº 115 – 6º andar – sala 613) para assinar o termo de Contrato.

**4** - Quando a Adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de comprovar a regularidade fiscal e trabalhista de que trata o subitem 1.1 deste item X, inclusive nos moldes dos subitens 12.3.1 e 12.3.2 do item VII, ou se recusar a assinar o termo do contrato, serão convocadas as demais licitantes classificadas para participar de nova sessão pública do pregão, com vistas à celebração de nova contratação.

**4.1** - Essa nova sessão será realizada em prazo não inferior a 03 (três) dias úteis, contados da divulgação do aviso.

**4.2** - A divulgação do aviso ocorrerá por publicação no Diário Oficial do estado de São Paulo – D.O.E. e divulgação nos endereços eletrônicos [www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br/) ou [www.bec.fazenda.sp.gov.br](http://www.bec.fazenda.sp.gov.br/), [www.imesp.com.br](http://www.imesp.com.br/), opção “e-negociospublicos” e [www.mpsp.mp.br](http://www.mpsp.mp.br/).

**4.3** - Na sessão, respeitada a ordem de classificação, observar-se-ão as disposições dos subitens 6 a 9 do item V e subitens 1, 2, 3, 4 e 6 do item VI, todos deste Edital.

**5-** O contrato será celebrado com duração de 12 (doze) meses, contados da data indicada no termo de contrato.

**XI – DA FORMA DE PAGAMENTO**

**1** - Para efeito de pagamento, a licitante vencedora encaminhará ao Ministério Público do Estado de São Paulo, na pessoa de seu agente fiscalizador, lotado na Área Regional correspondente à dos serviços executados, após cada período mensal de prestação, juntamente com a nota fiscal/fatura de serviços, um relatório descritivo dos serviços efetivamente realizados, o qual deverá ser aprovado por esse, ou substituto legal, a serem designados em Portaria da Diretoria Geral.

**1.2 –** O relatório descritivo ao qual se refere o item anterior deverá ser elaborado e encaminhado à área Regional correspondente, sem prejuízo da alimentação do sistema de informações mencionado no item 1, alínea “d”, do Memorial Descritivo que acompanha este Edital (Anexo 1 – Parte “A”).

**2** - Os pagamentos referentes aos serviços contratados serão efetuados mensalmente, no 30º (*trigésimo*) dia, a contar da data da emissão do termo de aceite definitivo, proferido pelo Agente Fiscalizador da Área Regional correspondente, indicado pelo Ministério Público, e se processará mediante crédito em conta-corrente da licitante vencedora no Banco do Brasil S/A, nos termos da legislação vigente.

**2.1 –** Os pagamentos referentes à manutenção preventiva, corretiva e assepsia, objetos deste, serão realizados sempre de forma proporcional aos serviços efetivamente prestados, conforme previsto no item 12 do Memorial Descritivo que acompanha este Edital (Anexo 1 – Parte “A”).

**2.2 –** Por ocasião da apresentação ao Ministério Público do Estado de São Paulo (Área Regional correspondente) das notas fiscais/faturas, recibo ou documentos de cobrança equivalentes, a futura CONTRATADA deverá fazer prova do:

**2.2.1 –** Recolhimento mensal do INSS, FGTS, nos termos da lei, e

**2.2.2 –** Recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se a legislação vigente assim permitir, ou destacar na nota fiscal/fatura o valor a ser retido e a legislação municipal vigente que regulamenta referida tributação.

**2.3 –** As comprovações relativas ao INSS e FGTS a serem apresentadas deverão corresponder ao período de execução.

**2.3.1** - As comprovações relativas ao INSS e FGTS deverão ser apresentadas por meio de Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal; arquivo impresso Sistema Empresa de Recebimento do FGTS e Informações à Previdência Social (SEFIP), com seu respectivo protocolo de envio, pelo canal da Conectividade Social; e Certidão Negativa de Débitos Previdenciários (ou equivalente, nos termos do art. 206 do Código Tributário Nacional – CTN, emitida pela Secretaria da Receita Federal).

**2.4 –** Por ocasião da apresentação da nota fiscal/fatura, do recibo ou do documento de cobrança equivalente, caso não haja decorrido o prazo legal para recolhimento do INSS, FGTS e do ISSQN, conforme o caso e observada a legislação vigente, poderão ser apresentadas cópias das guias de recolhimento referentes ao mês imediatamente anterior, devendo a futura CONTRATADA apresentar a documentação devida, quando do vencimento do prazo legal para recolhimento.

**2.5 –** A não apresentação dessas comprovações assegura ao Ministério Público do Estado de São Paulo o direito de sobrestar o pagamento respectivo e/ou os pagamentos seguintes até que se dê sua regularização.

**2.6 –** No caso de devolução da nota fiscal/fatura, por sua inexatidão, na falta de apresentação das comprovações de recolhimento conforme subitens anteriores, ou na dependência de apresentação da carta corretiva, o prazo fixado nos subitens anteriores, será contado a partir da entrega da referida correção.

**2.7** - A não apresentação dessas comprovações assegura ao MPSPo direito de suspender o pagamento respectivo e/ou os pagamentos seguintes até que se dê sua regularização.

**3** - O valor da prestação mensal devida pelo contratante será reajustado anualmente, com base no IPC-FIPE – Índice de Preços ao Consumidor, publicado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, obedecendo-se ao disposto no Decreto Estadual nº 48.326, de 12 de dezembro de 2003, de acordo com as fórmulas paramétricas divulgadas pelo Comitê de Qualidade da Gestão Pública, a Resolução CC-79, de 12 de dezembro de 2003, ou, na sua falta, por qualquer outro índice que venha a substituí-lo por imposição governamental, em razão de legislação superveniente.

**4** - A periodicidade anual de que trata o subitem anterior será contada a partir da data da apresentação da proposta, nos termos do Decreto nº 48.326, de 12 de dezembro de 2003.

**5** - A despesa decorrente da presente licitação, irá onerar os recursos do elemento 339039.80 – Conservação e Manutenção de Bens Móveis e Imóveis, U.G.E. 27.01.01 – Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, Atividade 595 – Defesa dos Interesses Sociais – Ministério Público.

**6** - Havendo atraso nos pagamentos, sobre a quantia devida incidirá correção monetária nos termos do artigo 74 da Lei estadual nº 6.544/1989, bem como juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados ‘*pro rata tempore*’ em relação ao atraso verificado.

**7** - Constitui condição para a realização do pagamento, a inexistência de registros em nome da licitante vencedora no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo – CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento.

**8** - Deverá ser observado a obrigatoriedade de emissão da nota fiscal eletrônica (Nf-e), conforme o caso e nos termos da legislação em vigor.

# XII - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

**1** - Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e autárquica do Estado de São Paulo pelo prazo de até **5** (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

**2** -A sanção de que trata o item anterior será aplicada junto às multas previstas no Ato (N) nº 308/2003 – P.G.J., de 18 de março de 2003, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e registrada no sítio eletrônico [www.sancoes.sp.gov.br](http://www.sancoes.sp.gov.br/) e nos demais sistemas eletrônicos mantidos por órgãos ou entidades da administração estadual.

**3** - De acordo com artigo 81 da Lei Federal nº 8666/93 e suas alterações, combinado com o artigo 2º do Ato (N) nº 308/2003 – PGJ, de 18 de março de 2003, a recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o Termo de Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido no subitem 2 do ITEM X – DA CONTRATAÇÃO, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a a multa de 40% (quarenta por cento) do valor total da contratação.

**4** - Quando aplicada a multa, esta será descontada dos pagamentos eventualmente devidos ou recolhida, conforme disposto no artigo 10 e seu parágrafo único, ambos do Ato (N) nº 308/2003 – P.G.J., de 18 de março de 2003.

**5** - As multas serão independentes, sendo aplicadas cumulativamente, não tendo caráter compensatório e, portanto, não eximem a licitante vencedora da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que vierem a acarretar.

**XIII – DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

 O controle da execução do objeto deste edital será realizado por Agente Fiscalizador ou substituto legal, juntamente com acompanhamento de colaboradores responsáveis, indicados pelas Unidades Administrativas, designados em Portaria da Diretoria-Geral, aos quais caberá a fiscalização da execução do Contrato, comunicando àlicitante vencedoraos fatos eventualmente ocorridos para pronta regularização.

**XIV – DA RESPONSABILIDADE DA FUTURA CONTRATADA**

**1 -** Nos termos do que estabelece o art. 72 da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações, admitir-se-á a subcontratação dos serviços indicados abaixo, desde que previamente aprovada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo:

 **a)** Manutenção preventiva;

 **b)** Manutenção corretiva.

**2 -** A futura CONTRATADA submeterá à apreciação do Ministério Público do Estado de São Paulo a proposta de subcontratação, com a descrição dos serviços e comprovação do respectivo limite fixado.

**3 -** Para tanto deverá submeter à apreciação do MPSP a(s) empresa(s) que executará(ão) os serviços, a(s) qual(ais) deverá(ão) fazer prova de regularidade de débitos com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, mediante apresentação das respectivas Certidões Negativas de Débito, e da inexistência de impedimento da subcontratada em participação de licitações.

  **a)** Nos termos do inciso II, do art. 48, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, na hipótese de eventual subcontratação, deverá a CONTRATADA realizá-la **exclusivamente** com microempresas ou empresas de pequeno porte.

**4 -** À futura CONTRATADA caberá a responsabilidade total pela execução dos serviços. Igual responsabilidade também lhe caberá pelos serviços executados por terceiros sob sua administração, não havendo, desta forma, qualquer vínculo contratual entre o MPSP e as eventuais subcontratadas.

**5 -** As faturas e títulos de crédito, emitidos por eventuais subcontratadas, deverão sê-lo sempre em nome da futura CONTRATADA, ficando expressamente vedada a emissão diretamente contra o Ministério Público do Estado de São Paulo.

**6 -** As despesas decorrentes de acidentes de trabalho, inclusive as relativas aos empregados das subcontratadas, não cobertas por seguro, correrão por conta da CONTRATADA.

**XV – DA GARANTIA CONTRATUAL**

**1** - Para garantia do exato e fiel cumprimento de todas as suas obrigações contratuais, a LICITANTE VENCEDORA deverá prestar ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, após a adjudicação do objeto e até a data de assinatura do Contrato, garantia de execução correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, podendo ser efetuada nas modalidades de garantia preceituadas no parágrafo 1º do artigo 56 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

**2** - A garantia prestada será liberada ou restituída após a lavratura do Termo de Encerramento das obrigações pactuadas, e, quando em dinheiro, atualizadas monetariamente, conforme dispõe o § 4º, do artigo 56 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

**3** -Na hipótese de Fiança Bancária deverá dela constar expressa renúncia do Benefício de Ordem, nos termos do Código Civil vigente.

**4** - O Ministério Público do Estado de São Paulo poderá descontar do valor da garantia contratual a importância que, a qualquer título, lhe for devida pela LICITANTE VENCEDORA.

**5** - A não apresentação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a Adjudicatária às penalidades estabelecidas e a multa, observado o disposto no Ato (N) nº 308/2003 – PGJ, de 18 de março de 2003.

**6 -**  A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período mínimo de três meses após o término da vigência contratual. A garantia deve assegurar a cobertura de todos os eventos ocorridos durante a sua validade, ainda que o sinistro seja comunicado pela Unidade Contratante após expirada a vigência do contrato ou a validade da garantia.

# XVI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**1** - As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação, observados sempre os princípios que regem a Administração Pública.

**2** - Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, nos termos do artigo 4º, inciso VIII, do Ato nº 45/2003 – PGJ, de 15 de maio de 2003, a serem assinadas pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes.

**2.1** - As recusas ou as impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata.

**3** - Todos os documentos de habilitação, cujos envelopes forem abertos na sessão, e as propostas serão rubricados pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes que desejarem.

**4** - O resultado do presente certame será divulgado no Diário Oficial do Estado e/ou no endereço eletrônico [*www.mpsp.mp.br*](http://www.mpsp.mp.br/).

**5** - A publicidade dos demais atos pertinentes à licitação e passíveis de divulgação será efetuada mediante publicação no Diário Oficial do Estado e/ou no endereço eletrônico www.mp.sp.gov.br.

**6** - Os envelopes contendo os documentos de habilitação dos demais licitantes ficarão à disposição para retirada na Comissão Julgadora de Licitações (Rua Riachuelo, 115 – 5º andar – sala 506), após a celebração do contrato.

**7** - Até **2** (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

**7.1** - A petição será dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo de **1** (um) dia útil.

**7.2** - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

**8** - Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.

**9** - Integram o presente Edital:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **a)** | **Anexo 1 -** | Parte “A” - Memorial DescritivoParte “B” – Quantidades, Localidades e ValoresParte “C” – Relação de Unidades |
| **b)** | **Anexo 2 -** | Modelo de Declaração de Situação Regular perante o Ministério do Trabalho; |
| **c)** | **Anexo 3 -** | Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo à Participação em Licitações, promovidas por Órgãos ou Entidades Públicas; |
| **d)** | **Anexo 4 -** | Minuta do Contrato. |
| **e)** | **Anexo 5 -** | ATO (N) nº 308/2003 – P.G.J., de 18 de março de 2003. |
| **f)** | **Anexo 6 -**  | Resolução nº 037/2009 – C.N.M.P., de 28 de abril de 2009 |
| **g)**  | **Anexo 7 -**  | Declaração de Inexistência de Parentesco  |
| **h)**  | **Anexo 8 –** | Declaração de elaboração independente de proposta e atuação conforme ao marco legal anticorrupção |
| **i)** | **Anexo 9 –**  | Modelo de Atestado de Vistoria |
| **j)** | **Anexo 10 –** | Planilha de Composição de Custos Profissionais |
| **K)** | **Anexo 11 –** | Modelo de Planilha Orçamentária da Proposta |
| **l)** | **Anexo 12** | Modelo de Cronograma Físico Financeiro |
| **m)** | **Anexo 13** | Correlação entre descrição da BEC e Lotes do edital |

**8 -** Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

**9** - As licitantes deverão atentar para as disposições constantes da Resolução CNMP nº 86, de 21 de março de 2012, ou por qualquer outra que venha a substituí–la, em especial às determinações indicadas em seu art. 5º, II, “e” e “n”.

**10** - As licitantes deverão atender prontamente às solicitações do Ministério Público do Estado de São Paulo, sempre que necessário, a fim de dar cumprimento à Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público acima mencionado.

São Paulo, 11 de junho de 2019.

**RICARDO DE BARROS LEONEL**

Promotor de Justiça

**Diretor-Geral**

**ANEXO – 1**

**(Parte “A”)**

**MEMORIAL DESCRITIVO**

# DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E ASSEPSIA DOS EQUIPAMENTOS DE AR-CONDICIONADO E CORTINAS DE AR

 A **CONTRATADA** comprometer-se-á a prestar os serviços de manutenção preventiva, corretiva e assepsia em equipamentos condicionadores de ar do tipo *Janela*, *Split*, bem como em aparelhos do tipo *Cortina de Ar*, instalados nas diversas unidades do Ministério Público do Estado de São Paulo, tanto na Capital quanto nas cidades do interior, conforme relação constante das **Partes “B”** e **“C”** deste **Anexo 1**, incluindo mão de obra especializada e fornecimento, às expensas da CONTRATADA, sem qualquer exceção, de peças, componentes, gases, fluidos e demais elementos necessários ao correto funcionamento dos equipamentos.

1. **ESCOPO GERAL DOS SERVIÇOS**
2. Manutenção preventiva e assepsia com periodicidade mensal (30 dias).
3. Manutenção corretiva sempre que for necessária.
4. Emissão obrigatória de PMOC – Plano de Manutenção, Operação e Controle para todas localidades (prazo: até 45 dias do início de contrato).
5. Implantação de procedimentos para controle das atividades e gerenciamento dos serviços através de software e acesso via internet, possibilitando:
* Cadastro dos equipamentos por localidades e respectiva Área Regional.
* Controle de chamados via computador ou celular para abertura, atendimento e conclusão das atividades.
* Histórico de intervenções detalhando os serviços e peças por equipamento na respectiva localidade.
* Relatórios periódicos.
* Aferição do tempo médio de atendimento para cada atividade.
* Cadastro para permissão de acesso aos gestores (prazo de implantação: até 60 dias do início de contrato).
* Todas informações de cadastro, relatórios, histórico e correlatos inseridos no software deverão ser disponibilizados ao MPSP durante e após a prestação dos serviços.

**NOTAS:**

1. A execução dos serviços não poderá interromper a rotina de trabalho do Ministério Público (ou Fórum se for o caso).
2. O estado de conservação dos imóveis deverá ser preservado. Quaisquer danos causados por intervenções realizadas pela CONTRATADA, serão reparados objetivando a restituição às condições anteriormente verificadas.
3. Deverão ser respeitadas as normas e legislação pertinentes ao objeto.
4. A execução dos serviços ficará sob responsabilidade técnica de Engenheiro Mecânico vinculado à empresa CONTRATADA, ambos com registro vigente e regular quanto à quitação de débitos no CREA.
5. **CONSIDERAÇÕES COMPLEMENTARES PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**
	1. **MANUTENÇÃO PREVENTIVA –** Consiste na execução de serviços técnicos especializados, necessários e indispensáveis ao funcionamento regular e permanente do aparelho de ar-condicionado ou cortina de ar, aplicando ações e técnicas necessárias ao desempenho ideal agregando durabilidade dos equipamentos, devendo ser prestada com fornecimento de mão de obra especializada e ferramental próprio da empresa CONTRATADA, observando-se a compatibilidade com o horário de trabalho do Ministério Público do Estado de São Paulo.
		1. Para a execução dos serviços de manutenção preventiva, exige-se o cumprimento ao disposto na Resolução - RE nº 9, de 16 de janeiro de 2003 e Portaria nº 3.523/GM, de 28 de agosto de 1998, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, assim como deverão ser observadas as orientações dos fabricantes dos componentes do aparelho.
	2. **MANUTENÇÃO CORRETIVA –** Consiste na eliminação de todos os defeitos do aparelho de forma a permitir o seu perfeito funcionamento e será prestada com fornecimento de mão de obra especializada e ferramental próprio. São incluídas substituições de peças, componentes e acessórios adquiridos e fornecidos pela CONTRATADA, ajustes e reparos necessários de acordo com os manuais e normas técnicas específicas para os equipamentos.
		1. Constatadas avarias em componentes que possam impedir o funcionamento do aparelho, estas deverão ser reparadas em, no máximo, 24 horas contadas do início do atendimento que as verificou.
		2. Na impossibilidade de se restituir ao pleno funcionamento o equipamento comprometido no prazo acima mencionado, deverá ser providenciada, pela CONTRATADA, sem qualquer custo para o MPSP, a instalação de equipamento reserva até a solução definitiva do problema.
		3. Todos os componentes substituídos, bem como os serviços agregados, deverão estar cobertos por garantia de, no mínimo, 01 (um) ano.
	3. **ASSEPSIA –** Contempla procedimentos com aplicação de produtos e serviços específicos de limpeza nos equipamentos condicionadores de ar com finalidade de evitar a introdução ou proliferação de micróbios, ácaros, bactérias e substâncias químicas nocivas à saúde.
6. **ATENDIMENTO**
	1. **Manutenção Preventiva**

Deverá ser realizada em dias úteis, salvo agendamento prévio junto aos gestores do MPSP.

* 1. **Manutenção Corretiva**

Deverá ser realizada sempre que for necessária, visando a normalização de funcionamento do aparelho. O atendimento da demanda deverá ocorrer respeitando-se o prazo máximo de 01 (um) dia útil a contar da abertura do chamado devidamente registrado via software.

* 1. **Notas**
1. Se houver necessidade de reparo em oficina especializada ou que seja caracterizada impossibilidade do cumprimento dos prazos estipulados, a CONTRATADA deverá substituir provisoriamente a parte defeituosa do aparelho por outra igual ou similar, ou ainda substituir o equipamento por outro similar até a definitiva solução de conserto em prazo não superior a 24 horas contadas a partir do encerramento do prazo inicial estipulado no subitem anterior de 01 (um) dia útil. Nesta condição, o responsável técnico da CONTRATADA deverá emitir justificativa técnica por escrito informando prazo previsto do reparo.

1. Caso seja detectado que o aparelho se encontra obsoleto sem a possibilidade de sofrer reparos, o responsável técnico da empresa CONTRATADA deverá comunicar, por escrito, em até 03 (três) dias úteis, ao agente fiscalizador do MPSP, que verificará, junto à instituição, a disponibilidade de novo aparelho para que os técnicos da empresa CONTRATADA providenciem a substituição.
2. A condenação de um aparelho deverá ser embasada em demonstrativo de custo das peças que será analisado por pelo MPSP que emitirá parecer final.
3. **EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E FERRAMENTAS NECESSÁRIAS**
	1. Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento de equipamentos e ferramentas necessários à efetivação dos serviços constantes deste Memorial Descritivo durante todo o prazo de vigência.
	2. A CONTRATADA é responsável pela guarda, manutenção e substituição dos materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços.
	3. Na limpeza a CONTRATADA deverá utilizar somente produtos biodegradáveis registrados no Ministério da Saúde, sendo proibida a utilização de substâncias classificadas como carcinogênicas, teratogênicas e mutagênicas.
4. **SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS E COMPONENTES**
	1. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva compreendem o fornecimento de peças, componentes e acessórios necessários ao perfeito funcionamento dos equipamentos, sem qualquer custo extra ao MPSP.
	2. As peças, componentes e acessórios fornecidos deverão ser novos, originais e obedecer aos manuais do fabricante e normas técnicas específicas para os equipamentos, exceto mediante justificativa do responsável técnico do licitante e declaração do fabricante indicando a descontinuidade de componentes, necessitando retífica ou usinagem que não comprometa as características técnicas do equipamento.
	3. A CONTRATADA é responsável por todos os custos relacionados à aquisição, transporte e entrega das peças, componentes e acessórios, sejam elas adquiridas no mercado nacional ou mesmo internacional, por meio de importação, junto aos fabricantes do aparelho em funcionamento.
	4. A CONTRATADA se compromete a efetuar o correto descarte das peças inservíveis, com estrita observação da lei vigente, tão logo seja autorizada pelo MPSP.
	5. Em consonância aos serviços de manutenção preventiva e corretiva, a CONTRATADA deverá utilizar materiais atualizados perante tecnologia disponível no mercado quando houver a necessidade de substituir componentes depreciados sem comprometer o desempenho e características técnicas do aparelho, a exemplo de filtros, sensores, placas eletrônicas, displays, contatores, compressores, entre outros dispositivos correlatos. Esta atividade exige justificativa técnica através de relatório que indicará as peças ou dispositivos utilizados.
	6. Além dos itens citados, a CONTRATADA também deverá realizar a substituição, quando for necessária, de outras peças e componentes que integram o aparelho de ar condicionado ou cortina de ar como partes mecânicas, elétricas, eletrônicas, correias, todos componentes dos motores, bombas de condensados, anéis, filtros, controle remoto, pilhas, dutos frigorígenos, revestimentos térmicos, termostatos, transdutores, válvulas, sensores, teclas, manoplas, registros, lâminas, hélices, parafusos, porcas, selos, vedações, calhas, isolantes, óleos, elementos de lubrificação, cabos, fios, conexões, terminais, gases, relés, lâmpadas, sinaleiros, contatores, disjuntores, sensores, painéis, perfis, placas, resistências, pintura (incluindo eliminação de pontos com ferrugem utilizando todo material necessário, tais como: rolos, pincéis, tinta e aguarrás), polias, mancais, mangotes, dutos hidráulicos (incluindo curvas, emendas, reservatórios), fitas isolantes, fitas de vedação, estopa, ímãs, solda, braçadeiras, boias d’água, caixas de passagem, dutos ou tubulação de água (dreno), suportes, grelhas, sinalização de advertência, proteções, compressores e demais peças para manter funcionamento ideal dos aparelhos, além de recomposição de vedações metálicas, gesso ou alvenaria.
5. **SERVIÇOS E MATERIAIS**
	1. Caso os serviços de manutenção não possam ser executados nas dependências do Ministério Público do Estado de São Paulo, os equipamentos poderão ser removidos para o centro de atendimento da CONTRATADA ou oficina credenciada pelos fabricantes, mediante justificativa acrescida do destino previamente aceita pelo responsável na Área Regional do MPSP, o qual autorizará a saída dos equipamentos.
	2. Para eventual retirada de equipamentos, a CONTRATADA deverá disponibilizar transporte adequado com emissão prévia do termo de responsabilidade citando as características dos equipamentos e quantitativos, devidamente assinado por representante do MPSP na localidade e técnico da CONTRATADA. Este termo deverá ser enviado para responsável da Área Regional do MPSP para viabilizar controle até finalizar a ocorrência, após, será anexada no relatório mensal de serviços executados.
6. **PROFISSIONAIS**
	1. Durante a vigência contratual, a empresa deverá disponibilizar profissionais qualificados para execução dos serviços, sendo:
		1. Técnicos em refrigeração para execução dos serviços com certificado em curso técnico de refrigeração expedido por Instituição reconhecida pelo MEC.
		2. 01 (um) engenheiro mecânico para supervisão dos serviços com registro vigente e regular no CREA, que será responsável pela emissão e assinatura de relatório técnico atestando a regularidade dos serviços prestados;
			1. No relatório deverá ser indicada a ART do profissional considerada válida por um ano de contrato (caso o contrato seja renovado, será emitida nova ART para o período correspondente).
			2. Eventuais anomalias que não sejam caracterizadas como emergência ou que não exijam correção imediata, serão apontadas no relatório como ação necessária pendente vinculando prazo estipulado de reparo nunca superior a 30 (trinta) dias corridos, exceto nos casos do fornecimento de materiais específicos sob encomenda em período superior devidamente justificada.
	2. O período de trabalho abrangerá preferencialmente dias úteis durante horário comercial.
	3. Em casos excepcionais previamente justificados e agendados, a manutenção poderá ocorrer em outros dias e horários especiais (fins de semana e feriados), sem ônus ao MPSP.
	4. Os profissionais deverão trajar uniforme com a identificação da empresa CONTRATADA, bem como utilizar equipamentos de proteção compatíveis a cada atividade de acordo com Normas Regulamentadoras do MTE.
	5. Correrá por conta da CONTRATADA a responsabilidade pelo deslocamento de seus técnicos, auxiliares ou engenheiro ao local de manutenção, incluindo eventual retirada e entrega dos equipamentos, além de todas despesas de transporte, frete e seguros correspondentes.
7. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
	1. Manter seus profissionais trajando uniforme adequado com a identificação da empresa CONTRATADA e crachá com nome legível do profissional, bem como utilizar equipamentos de proteção compatíveis à cada atividade, sendo responsabilidade exclusiva da empresa observar integralmente as disposições legais pertinentes à segurança e medicina do trabalho, bem como as Normas Regulamentadoras do MTE.
	2. Comparecer sempre que convocada, deslocando-se às suas custas, às reuniões solicitadas pelo MPSP, assumindo todo o ônus quando do não comparecimento.
	3. Refazer, às suas custas, todos os serviços que apresentarem defeitos, erros, omissões, inclusive com reposição de peças danificadas durante a manutenção ou quaisquer outras irregularidades constatadas pelo MPSP.
	4. Fornecer previamente ao MPSP as fichas funcionais de todos os profissionais que venham a prestar serviços nas suas dependências, podendo o MPSP solicitar, a qualquer tempo, a substituição de qualquer um deles, a bem do serviço ou por questões de segurança.
	5. Efetuar imediatamente o afastamento de quaisquer funcionários, cuja atuação, permanência ou comportamento apresentarem-se em desconformidade com o bom andamento dos serviços contratados ou ao interesse do serviço público.
	6. Atender ao chamado do MPSP, nos prazos indicados, para regularizar o funcionamento, procedendo à manutenção corretiva, substituindo e/ou reparando, segundo critérios técnicos, componentes eletrônicos, elétricos, mecânicos, hidráulicos e de quaisquer espécies que se revelem fundamentais à recondução do equipamento às suas condições normais de uso.
	7. Responder por quaisquer danos causados diretamente ao MPSP ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da fiscalização e acompanhamento pelo MPSP.
	8. Assumir inteira e integral responsabilidade civil e administrativa pela execução dos serviços, correndo por sua conta o ônus dos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, de licenças concernentes ao contrato, de seguros contra acidentes do trabalho, bem como de indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possam advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos ao MPSP, aos usuários dos locais ou ainda a terceiros. Não será aceita, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, auxiliares, engenheiros ou subempreiteiras.
	9. Responsabilizar-se pela guarda, manutenção e substituição dos materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços.
	10. Manter o mesmo padrão de qualidade dos serviços prestados durante toda a vigência/execução contratual.
	11. Solicitar com antecedência, e por escrito, autorização do MPSP para que possa realizar serviços em horário fora do expediente do Prédio, indicando o(s) nome(s) completo(s) do(s) técnico(s), número de RG, órgão expedidor, filiação, dados do veículo quando houver (modelo, fabricante, cor, placa) e resumo do serviço a ser realizado.
	12. Responsabilizar-se pela equipe, ferramentas e materiais aplicados durante a execução dos serviços contratados, inclusive com os custos relativos à alimentação, eventual hospedagem e demais despesas relacionadas.
	13. Disponibilizar aparelhos que possibilitem comunicação eficaz e ininterrupta entre os profissionais prestadores de serviços e gestores do MPSP.
	14. Na execução dos serviços, a CONTRATADA deverá obedecer às disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das substâncias que destroem a Camada de Ozônio – SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano).
	15. Observar as prescrições das Resoluções RE nºs 176/2000 e 09/2003 da ANVISA (ou outras que as substituírem), bem como as Normas pertinentes da ABNT sobre os padrões referenciais de qualidade do ar, tudo em conformidade com o que determina a Lei Federal nº 13.589 de 4 de janeiro de 2018.
	16. Após a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá deixar os aparelhos instalados em perfeitas condições de uso, e o local limpo e desimpedido de entulhos.
	17. Permitir e facilitar ao Ministério Público do Estado de São Paulo o levantamento físico da força de trabalho da CONTRATADA e de seus subcontratados, pertencendo à referida instituição, para todos os efeitos, as informações coletadas e os resultados apurados.
8. **DAS OBRIGAÇÕES DO MPSP**
	1. Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências das unidades da instituição com o fim exclusivo de realizar os serviços, objetos desta licitação, mediante prévia comunicação.
	2. Providenciar os pagamentos mensais à CONTRATADA, à vista das notas fiscais/faturas e demais certidões de adimplemento das obrigações fundiárias e previdenciárias, devidamente atestadas pelo setor competente.
9. **DAS CONDIÇÕES GERAIS**
	1. Durante a vigência do contrato, os equipamentos, objeto da avença, não poderão sofrer intervenção de terceiros.
	2. Toda mão de obra comum e especializada, ferramentas e instrumentos necessários à manutenção preventiva ou corretiva, bem como o deslocamento de técnicos até o local de instalação dos equipamentos, será de total responsabilidade da CONTRATADA, sem qualquer ônus para o MPSP.
	3. Ficam excluídos da responsabilidade da CONTRATADA os defeitos causados por eventual interferência de terceiros.
	4. Todo material empregado na execução dos serviços deverá atender às Normas Técnicas da ABNT, aos dispositivos legais sobre a matéria de âmbito Federal, Estadual e Municipal, às especificações técnicas e instruções dos fabricantes dos materiais e dos equipamentos e, na falta de normas específicas da ABNT, às normas internacionais.
10. **DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**
	1. Inobstante o fato de a(s) CONTRATADA(s) ser(em) a(s) única(s) e exclusiva(s) responsável(veis) pela execução dos serviços, o MPSP, através de sua própria equipe ou de prepostos formalmente designados, sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercerá a mais ampla e completa fiscalização dos serviços em execução.
	2. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução dos serviços deverão ser registradas por preposto da CONTRATADA em Livro de Ocorrências, com comunicação imediata ao MPSP, produzindo tais registros os devidos efeitos de direito.
	3. A fiscalização, constatando inoperância, desleixo, incapacidade, falta de exação ou ato desabonador, poderá determinar o afastamento do preposto ou de qualquer empregado da CONTRATADA, bem como das subcontratadas.
11. **DA GLOSA DO SERVIÇO NÃO REALIZADO**
	1. A suspensão ou glosa no pagamento será realizada de forma proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções previstas no Ato (N) nº 308/2003 – PGJ, de 18 de março de 2003 **(Anexo 5)**, caso se constate que a CONTRATADA:
		1. Não produziu os resultados acordados;
		2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
		3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada;
		4. Deixou de emitir o PMOC – Plano de Manutenção, Operação e Controle para todas as localidades, dentro do prazo estabelecido na **alínea “c”**, do **item 1** deste Memorial Descritivo;
		5. Deixou de implantar o sistema de controle e gerenciamento de atividades e serviços, dentro do prazo estipulado na **alínea “d”**, do **item 1** deste Memorial Descritivo.
	2. O pagamento será suspenso se, no ato do recebimento provisório, o serviço estiver em desacordo com o estabelecido neste Memorial Descritivo sendo liberado somente após a regularização dos serviços e a devida emissão de Termo de Aceite realizada pelo Agente Fiscalizador do contrato.
	3. A glosa referente ao descumprimento de prazo para a **manutenção corretiva** será realizada no valor correspondente a 0,5% (meio por cento) por dia de atraso até o 15º dia de atraso, e 1% (um por cento) por dia de atraso, do 16º ao 30º dia de atraso, por chamado, calculado sobre 50% do valor fixo total mensal da contratação do respectivo LOTE e limitado o valor total de glosa a 40% do valor fixo mensal da contratação do respectivo LOTE
	4. A glosa referente ao descumprimento de prazo da **manutenção preventiva** será realizada da seguinte forma:
		1. do 1º ao 15º dia de atraso será descontado 0,5% ao dia sobre 50% do valor fixo total mensal;
		2. a partir do 16º ao 30º dia de atraso será descontado 1% ao dia sobre 50% do valor fixo total mensal.
		3. Após 30 dias de atraso para o atendimento de um chamado, contados a partir da data de sua abertura, seja por meio de mensagem eletrônica enviada à CONTRATADA ou pelo registro no sistema de controle e gerenciamento, será caracterizada a inexecução parcial do contrato, ficando sujeito às sanções do Ato (N) nº 308/2003 – PGJ, de 18 de março de 2003.
	5. As seguintes glosas serão aplicadas, sem prejuízo das eventuais sanções previstas no Ato (N) nº 308/2003 – PGJ, de 18 de março de 2003:
		1. Se não foi atendido nenhum chamado no mês em uma determinada unidade e também não foi realizada a manutenção preventiva, o desconto será de **100%** do valor fixo total mensal da respectiva unidade;
		2. Se foi realizada a manutenção preventiva no mês e um ou mais chamados para a manutenção corretiva ultrapassaram o prazo de 30 (trinta) dias sem atendimento, o desconto será de 50% do valor fixo total mensal da respectiva unidade.
	6. Os chamados que ultrapassarem 30 (trinta) dias de atraso, contados a partir da data de sua abertura, seja por meio de mensagem eletrônica enviada à CONTRATADA ou pelo registro no sistema de controle e gerenciamento, serão caracterizados como “*inexecução do serviço”* no mês correspondente e serão reabertos para início de nova, e idêntica, contagem de prazo, sem prejuízo das sanções previstas nos itens **12.2** a **12.5.2** deste Memorial Descritivo.
		1. Sobre a nova contagem de prazo, persistindo o não atendimento ao chamado original, incidirão, sem caracterização de *bis in idem*, as mesmas sanções do item anterior.
	7. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para os atrasos que deverá ser analisada pelo Agente Fiscalizador do contrato.

----xxxx----

**ANEXO – 1**

**(Parte “B”)**

**LOCALIDADES, QUANTIDADES E VALORES**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **LOTE** | **ÁREA REGIONAL** | **N° DE APARELHOS** |
| 1 | Araçatuba | 64 |
| 2 | Bauru | 146 |
| 3 | Campinas | 167 |
| 4 | Capital | 296 |
| 5 | Franca | 55 |
| 6 | Grande SP – I | 73 |
| 7 | Grande SP – II | 53 |
| 8 | Grande SP – III | 157 |
| 9 | PIRACICABA | 95 |
| 10 | PRESIDENTE PRUDENTE | 180 |
| 11 | RIBEIRÃO PRETO | 175 |
| 12 | SANTOS | 71 |
| 13 | SÃO JOSÉ DO RIO PRETO | 147 |
| 14 | SOROCABA | 131 |
| 15 | TAUBATÉ | 75 |
| 16 | VALE DO RIBEIRA | 16 |
| **TOTAL** | **1901** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **LOTE 01** | **ÁREA REGIONAL** | **MUNICÍPIOS** |
| ARAÇATUBA | ANDRADINA; ARAÇATUBA; BILAC; BIRIGUI; BURITAMA; CAFELÂNDIA; GETULINA; GUARARAPES; ILHA SOLTEIRA; LINS; MIRANDÓPOLIS; PENÁPOLIS; PEREIRA BARRETO; PROMISSÃO; VALPARAÍSO. |
| **CONDICIONADORES DE AR TIPO JANELA** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| 12.000 | 6 |   |   |
| 15.000 | 1 |   |   |
| 18.000 | 4 |   |   |
| **CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| 9.000 | 12 |   |   |
| 12.000 | 4 |   |   |
| 18.000 | 27 |   |   |
| 24.000 | 8 |   |   |
| 35.000 | 1 |   |   |
| **CORTINA DE AR** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| - | 1 |   |   |
| **CUSTO MENSAL TOTAL PREVISTO (R$)** | **CUSTO ANUAL TOTAL PREVISTO (R$)** |
| 0 | 0 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **LOTE 02** | **ÁREA REGIONAL** | **MUNICÍPIOS** |
| BAURU | AGUDOS; AVARÉ; BARIRI; BARRA BONITA.; BAURU; BORBOREMA; BOTUCATU; CERQUEIRA CÉSAR; CHAVANTES; DOIS CÓRREGOS; DUARTINA; FARTURA; GÁLIA; GARÇA; IACANGA; IBITINGA; IPAUSSU; ITÁPOLIS; ITATINGA; JAÚ; LENÇÓIS PAULISTA; MACATUBA; MARÍLIA; OURINHOS; PALMITAL; PEDERNEIRAS; PIRAJU; PIRAJUÍ; PIRATININGA; POMPÉIA; SANTA CRUZ DO RIO PARDO; SÃO MANUEL. |
| **CONDICIONADORES DE AR TIPO JANELA** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| 7.500 | 3 |   |   |
| 12.000 | 3 |   |   |
| 18.000 | 7 |   |   |
| 21.000 | 3 |   |   |
| **CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| 9.000 | 7 |   |   |
| 12.000 | 16 |   |   |
| 18.000 | 29 |   |   |
| 22.000 | 1 |   |   |
| 24.000 | 10 |   |   |
| 30.000 | 58 |   |   |
| 36.000 | 7 |   |   |
| **CORTINA DE AR** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| - | 2 |   |   |
| **CUSTO MENSAL TOTAL PREVISTO (R$)** | **CUSTO ANUAL TOTAL PREVISTO (R$)** |
| 0 | 0 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **LOTE 03** | **ÁREA REGIONAL** | **MUNICÍPIOS** |
| CAMPINAS | AGUAÍ; ÁGUAS DE LINDÓIA; AMPARO; ARTUR NOGUEIRA; ATIBAIA; BRAGANÇA PAULISTA; CAJAMAR (JORDANÉSIA); CAMPINAS; CAMPO LIMPO PAULISTA; CONCHAL; COSMÓPOLIS; ESPÍRITO SANTO DO PINHAL; HORTOLÂNDIA; INDAIATUBA; ITAPIRA; ITATIBA; ITUPEVA; JAGUARIÚNA; JARINU; JUNDIAÍ; LOUVEIRA; MOGI-GUAÇU; MOJI-MIRIM; MONTE MOR; NAZARÉ PAULISTA; NOVA ODESSA; PAULÍNIA; PEDREIRA; PINHALZINHO; PIRACAIA; SÃO JOÃO DA BOA VISTA; SERRA NEGRA; SOCORRO; SUMARÉ; VALINHOS; VARGEM GRANDE DO SUL; VÁRZEA PAULISTA; VILA MIMOSA; VINHEDO. |
| **CONDICIONADORES DE AR TIPO JANELA** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| 7.500 | 2 |   |   |
| 7.600 | 1 |   |   |
| 10.000 | 3 |   |   |
| 12.000 | 11 |   |   |
| 12.500 | 1 |   |   |
| 17.500 | 50 |   |   |
| 18.000 | 33 |   |   |
| **CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| 9.000 | 1 |   |   |
| 12.000 | 10 |   |   |
| 18.000 | 26 |   |   |
| 24.000 | 12 |   |   |
| 30.000 | 15 |   |   |
| 58.000 | 2 |   |   |
| **CORTINA DE AR** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| - | 0 |   |   |
| **CUSTO MENSAL TOTAL PREVISTO (R$)** | **CUSTO ANUAL TOTAL PREVISTO (R$)** |
| 0 | 0 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **LOTE 04** | **ÁREA REGIONAL** | **MUNICÍPIOS** |
| CAPITAL | RUA RIACHUELO, 115; RUA RAFAEL DE BARROS; RUA TREZE DE MAIO, 1255, 1259 e 1263; AV. CASA VERDE, 571/573; RUA DR. FREDERICO STEIDEL, 120; RUA MANOEL DA NÓBREGA, 242; RUA SENADOR FEIJÓ 164 a 176; RUA PIRATININGA, 105; PRAÇA DR. JOÃO MENDES JÚNIOR S/Nº; RUA AGOSTINHO GOMES, 1455; AV. PIRES DO RIO, 3915-SL 112; RUA CLEMENTE ÁLVARES, 120; RUA DR. VILA NOVA, 285; RUA DR. JOÃO RIBEIRO, 433; RUA JERICÓ, S/N.º. |
| **CONDICIONADORES DE AR TIPO JANELA** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| 7.500 | 4 |   |   |
| 10.000 | 5 |   |   |
| 10.500 | 1 |   |   |
| 12.000 | 33 |   |   |
| 12.500 | 9 |   |   |
| 15.000 | 2 |   |   |
| 18.000 | 57 |   |   |
| 21.000 | 6 |   |   |
| 30.000 | 4 |   |   |
| **CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| 7.500 | 1 |   |   |
| 9.000 | 19 |   |   |
| 12.000 | 94 |   |   |
| 18.000 | 23 |   |   |
| 24.000 | 21 |   |   |
| 30.000 | 5 |   |   |
| 60.000 | 12 |   |   |
| **CORTINA DE AR** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| - | 0 |   |   |
| **CUSTO MENSAL TOTAL PREVISTO (R$)** | **CUSTO ANUAL TOTAL PREVISTO (R$)** |
| 0 | 0 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **LOTE 05** | **ÁREA REGIONAL** | **MUNICÍPIOS** |
| FRANCA | ALTINOPÓLIS; BATATAIS; FRANCA; GUAÍRA; GUARÁ; IGARAPAVA; IPUÃ; ITUVERAVA; MIGUELÓPOLIS; MORRO AGUDO; NUPORANGA; ORLÂNDIA; PATROCÍNIO PAULISTA; PEDREGULHO; SÃO JOAQUIM DA BARRA. |
| **CONDICIONADORES DE AR TIPO JANELA** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| 7.500 | 1 |   |   |
| 10.000 | 2 |   |   |
| 12.000 | 2 |   |   |
| 18.000 | 13 |   |   |
| **CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| 9.000 | 5 |   |   |
| 12.000 | 13 |   |   |
| 18.000 | 9 |   |   |
| 24.000 | 10 |   |   |
| **CORTINA DE AR** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| - | 0 |   |   |
| **CUSTO MENSAL TOTAL PREVISTO (R$)** | **CUSTO ANUAL TOTAL PREVISTO (R$)** |
| 0 | 0 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **LOTE 06** | **ÁREA REGIONAL** | **MUNICÍPIOS** |
| GRANDE SÃO PAULO I | DIADEMA; MAUÁ; RIO GRANDE DA SERRA; SANTO ANDRÉ; SÃO BERNARDO DO CAMPO; SÃO CAETANO DO SUL. |
| **CONDICIONADORES DE AR TIPO JANELA** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| 7.500 | 5 |   |   |
| 9.000 | 2 |   |   |
| 12.000 | 30 |   |   |
| 18.000 | 8 |   |   |
| **CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| 12.000 | 17 |   |   |
| 18.000 | 4 |   |   |
| 24.000 | 7 |   |   |
| **CORTINA DE AR** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| - | 0 |   |   |
| **CUSTO MENSAL TOTAL PREVISTO (R$)** | **CUSTO ANUAL TOTAL PREVISTO (R$)** |
| 0 | 0 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **LOTE 07** | **ÁREA REGIONAL** | **MUNICÍPIOS** |
| GRANDE SÃO PAULO II | BARUERI; CARAPICUÍBA; COTIA; FRANCISCO MORATO; FRANCO DA ROCHA; JANDIRA; OSASCO; SANTANA DO PARANÍBA; TABOÃO DA SERRA; VARGEM GRANDE PAULISTA. |
| **CONDICIONADORES DE AR TIPO JANELA** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| 12.000 | 5 |   |   |
| 18.000 | 5 |   |   |
| **CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| 12.000 | 14 |   |   |
| 18.000 | 13 |   |   |
| 22.000 | 6 |   |   |
| 24.000 | 4 |   |   |
| 30.000 | 3 |   |   |
| 36.000 | 3 |   |   |
| **CORTINA DE AR** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| - | 0 |   |   |
| **CUSTO MENSAL TOTAL PREVISTO (R$)** | **CUSTO ANUAL TOTAL PREVISTO (R$)** |
| 0 | 0 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **LOTE 08** | **ÁREA REGIONAL** | **MUNICÍPIOS** |
| GRANDE SÃO PAULO III | ARUJÁ; FERRAZ DE VASCONCELOS; GUARULHOS; ITAQUAQUECETUBA; MAIRIPORÃ; MOGI DAS CRUZES; SUZANO. |
| **CONDICIONADORES DE AR TIPO JANELA** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| 7.500 | 2 |   |   |
| 12.000 | 6 |   |   |
| 18.000 | 4 |   |   |
| **CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| 9.000 | 7 |   |   |
| 12.000 | 114 |   |   |
| 18.000 | 7 |   |   |
| 24.000 | 17 |   |   |
| **CORTINA DE AR** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| - | 0 |   |   |
| **CUSTO MENSAL TOTAL PREVISTO (R$)** | **CUSTO ANUAL TOTAL PREVISTO (R$)** |
| 0 | 0 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **LOTE 09** | **ÁREA REGIONAL** | **MUNICÍPIOS** |
| PIRACICABA | AMERICANA; ARARAS; BROTAS; CAPIVARI; CERQUILHO; CONCHAS; CORDEIRÓPOLIS; ITIRAPINA; LARANJAL PAULISTA; LEME; LIMEIRA; PIRACICABA; RIO CLARO; RIO DAS PEDRAS; SANTA BARBARA DO OESTE; SÃO PEDRO. |
| **CONDICIONADORES DE AR TIPO JANELA** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| 7.500 | 4 |   |   |
| 10.000 | 3 |   |   |
| 12.000 | 7 |   |   |
| 12.300 | 1 |   |   |
| 17.500 | 14 |   |   |
| 18.000 | 34 |   |   |
| **CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| 7.000 | 1 |   |   |
| 12.000 | 5 |   |   |
| 18.000 | 15 |   |   |
| 24.000 | 2 |   |   |
| 30.000 | 5 |   |   |
| 36.000 | 4 |   |   |
| **CORTINA DE AR** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| - | 0 |   |   |
| **CUSTO MENSAL TOTAL PREVISTO (R$)** | **CUSTO ANUAL TOTAL PREVISTO (R$)** |
| 0 | 0 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **LOTE 10** | **ÁREA REGIONAL** | **MUNICÍPIOS** |
| PRESIDENTE PRUDENTE | ADAMANTINA; ASSIS; BASTOS; CÂNDIDO MOTA; DRACENA; FLÓRIDA PAULISTA; IEPÊ; JUNQUEIRÓPOLIS; LUCÉLIA; MARTINÓPOLIS; MARACAÍ; MIRANTE DO PARANAPANEMA; OSVALDO CRUZ; PACAEMBU; PANORAMA; PARAGUAÇU PAULISTA; PIRAPOZINHO; PRESIDENTE BERNARDES; PRESIDENTE EPITÁCIO; PRESIDENTE PRUDENTE; PRESIDENTE VENCESLAU; PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CÂNDIDO MOTA; QUATÁ; RANCHARIA; REGENTE FEIJÓ; ROSANA; SANTO ANASTÁCIO; TEODORO SAMPAIO; TUPÃ; TUPI PAULISTA. |
| **CONDICIONADORES DE AR TIPO JANELA** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| 7.000 | 1 |   |   |
| 10.000 | 1 |   |   |
| 12.000 | 10 |   |   |
| 12.500 | 1 |   |   |
| 18.000 | 15 |   |   |
| 21.000 | 2 |   |   |
| **CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| 9.000 | 6 |   |   |
| 12.000 | 67 |   |   |
| 17.000 | 14 |   |   |
| 18.000 | 31 |   |   |
| 24.000 | 18 |   |   |
| 28.000 | 2 |   |   |
| 30.000 | 5 |   |   |
| 36.000 | 2 |   |   |
| 58.000 | 5 |   |   |
| **CORTINA DE AR** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| - | 0 |   |   |
| **CUSTO MENSAL TOTAL PREVISTO (R$)** | **CUSTO ANUAL TOTAL PREVISTO (R$)** |
| 0 | 0 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **LOTE 11** | **ÁREA REGIONAL** | **MUNICÍPIOS** |
| RIBEIRÃO PRETO | AMÉRICO BRASILIENSE; ARARAQUARA; BEBEDOURO; BRODOWSKI; CACONDE; CAJURU; CASA BRANCA; CRAVINHOS; DESCALVADO; GUARIBA; IBATÉ; JABOTICABAL; JARDINÓPOLIS; MATÃO; MOCOCA; MONTE ALTO; PIRANGI; PIRASSUNUNGA; PITANGUEIRAS; PONTAL; PORTO FERREIRA; RIBEIRÃO BONITO; RIBEIRÃO PRETO; SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS; SANTA RITA DO PASSA QUATRO; SANTA ROSA DO VITERBO; SÃO CARLOS; SÃO JOSÉ DO RIO PARDO; SÃO SEBASTIÃO DA GRAMA; SÃO SIMÃO; SERRANA; SERTÃOZINHO; TAMBAÚ; TAQUARITINGA; VIRADOURO. |
| **CONDICIONADORES DE AR TIPO JANELA** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| 12.000 | 12 |   |   |
| 12.500 | 4 |   |   |
| 18.000 | 15 |   |   |
| 21.000 | 4 |   |   |
| **CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| 9.000 | 9 |   |   |
| 12.000 | 88 |   |   |
| 18.000 | 30 |   |   |
| 22.000 | 1 |   |   |
| 24.000 | 5 |   |   |
| 28.000 | 2 |   |   |
| 30.000 | 5 |   |   |
| **CORTINA DE AR** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| - | 0 |   |   |
| **CUSTO MENSAL TOTAL PREVISTO (R$)** | **CUSTO ANUAL TOTAL PREVISTO (R$)** |
| 0 | 0 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **LOTE 12** | **ÁREA REGIONAL** | **MUNICÍPIOS** |
| SANTOS | BERTIOGA; CUBATÃO; GUARUJÁ; ITANHAÉM; MONGAGUÁ; PERUÍBE; PRAIA GRANDE; SANTOS; SÃO VICENTE. |
| **CONDICIONADORES DE AR TIPO JANELA** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| 10.000 | 2 |   |   |
| 12.000 | 4 |   |   |
| 18.000 | 19 |   |   |
| **CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| 9.000 | 7 |   |   |
| 12.000 | 5 |   |   |
| 18.000 | 34 |   |   |
| **CORTINA DE AR** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| - | 0 |   |   |
| **CUSTO MENSAL TOTAL PREVISTO (R$)** | **CUSTO ANUAL TOTAL PREVISTO (R$)** |
| 0 | 0 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **LOTE 13** | **ÁREA REGIONAL** | **MUNICÍPIOS** |
| SÃO JOSÉ DO RIO PRETO | AURIFLAMA; BARRETOS; CARDOSO; CATANDUVA; COLINA; ESTRELA D’OESTE; FERNANDÓPOLIS; GENERAL SALGADO; ITAJOBI; JALES; JOSÉ BONIFÁCIO; MACAUBAL; MIRASSOL; MONTE APRAZÍVEL; MONTE AZUL PAULISTA; NEVES PAULISTA; NHANDEARA; NOVA GRANADA; NOVO HORIZONTE; OLÍMPIA; OUROESTE; PALESTINA; PALMEIRA D’OESTE; PAULO DE FARIA; POTIRENDABA; SANTA ADÉLIA; SANTA FÉ DO SUL; SÃO JOSÉ DO RIO PRETO; TABAPUÃ; TANABI; URANIA; URUPÊS; VOTUPORANGA. |
| **CONDICIONADORES DE AR TIPO JANELA** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| 10.500 | 1 |   |   |
| 12.000 | 11 |   |   |
| 15.000 | 1 |   |   |
| 18.000 | 14 |   |   |
| 21.000 | 8 |   |   |
| **CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| 7.500 | 1 |   |   |
| 9.000 | 5 |   |   |
| 12.000 | 15 |   |   |
| 18.000 | 35 |   |   |
| 24.000 | 28 |   |   |
| 30.000 | 21 |   |   |
| 36.000 | 2 |   |   |
| 48.000 | 2 |   |   |
| 60.000 | 3 |   |   |
| **CORTINA DE AR** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| - | 0 |   |   |
| **CUSTO MENSAL TOTAL PREVISTO (R$)** | **CUSTO ANUAL TOTAL PREVISTO (R$)** |
| 0 | 0 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **LOTE 14** | **ÁREA REGIONAL** | **MUNICÍPIOS** |
| SOROCABA | ANGATUBA; APIAÍ; BOITUVA; BURI; CABREÚVA; CAPÃO BONITO; IBIÚNA; ITABERÁ; ITAÍ; ITAPETININGA; ITAPEVA; ITAPORANGA; ITARARÉ; ITU; MAIRINQUE; PARANAPANEMA; PIEDADE; PILAR DO SUL; PORANGABA; PORTO FELIZ; SALTO; SALTO DE PIRAPORA; SÃO MIGUEL ARCANJO; SÃO ROQUE; SOROCABA; TAQUARITUBA; TATUÍ; TIETÊ; VOTORANTIM. |
| **CONDICIONADORES DE AR TIPO JANELA** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| 7.500 | 2 |   |   |
| 9.500 | 1 |   |   |
| 9.000 | 16 |   |   |
| 12.000 | 11 |   |   |
| 18.000 | 7 |   |   |
| 21.000 | 2 |   |   |
| **CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| 7.000 | 1 |   |   |
| 7.500 | 1 |   |   |
| 9.000 | 3 |   |   |
| 12.000 | 31 |   |   |
| 18.000 | 44 |   |   |
| 24.000 | 5 |   |   |
| 27.000 | 5 |   |   |
| 30.000 | 2 |   |   |
| **CORTINA DE AR** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| - | 0 |   |   |
| **CUSTO MENSAL TOTAL PREVISTO (R$)** | **CUSTO ANUAL TOTAL PREVISTO (R$)** |
| 0 | 0 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **LOTE 15** | **ÁREA REGIONAL** | **MUNICÍPIOS** |
| TAUBATÉ | APARECIDA; BANANAL; CAÇAPAVA; CACHOEIRA PAULISTA; CAMPOS DO JORDÃO; CARAGUATATUBA; CRUZEIRO; CUNHA; GUARATINGUETÁ; ILHABELA; JACAREÍ; LORENA; NATIVIDADE DA SERRA; PARAIBUNA; PINDAMONHANGABA; PIQUETE; QUELUZ; ROSEIRA; SALESÓPOLIS; SANTA BRANCA; SÃO BENTO DO SAPUCAI; SÃO JOSÉ DOS CAMPOS; SÃO LUIZ DO PARAITINGA; SÃO SEBASTIÃO; TAUBATÉ; TREMEMBÉ; UBATUBA. |
| **CONDICIONADORES DE AR TIPO JANELA** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| 7.500 | 1 |   |   |
| 8.000 | 1 |   |   |
| 12.000 | 5 |   |   |
| 12.500 | 1 |   |   |
| 18.000 | 7 |   |   |
| **CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| 12.000 | 41 |   |   |
| 18.000 | 9 |   |   |
| 24.000 | 10 |   |   |
| **CORTINA DE AR** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| - | 0 |   |   |
| **CUSTO MENSAL TOTAL PREVISTO (R$)** | **CUSTO ANUAL TOTAL PREVISTO (R$)** |
| 0 | 0 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **LOTE 16** | **ÁREA REGIONAL** | **MUNICÍPIOS** |
| VALE DO RIBEIRA | CANANÉIA; ELDORADO; IGUAPE; ITARIRI; JACUPIRANGA; JUQUIÁ; MIRACATU; PARIQUERA-AÇU; REGISTRO. |
| **CONDICIONADORES DE AR TIPO JANELA** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| 12.000 | 2 |   |   |
| 18.000 | 10 |   |   |
| **CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| 9.000 | 1 |   |   |
| 24.000 | 3 |   |   |
| **CORTINA DE AR** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| - | 0 |   |   |
| **CUSTO MENSAL TOTAL PREVISTO (R$)** | **CUSTO ANUAL TOTAL PREVISTO (R$)** |
| 0 | 0 |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **CUSTO TOTAL PREVISTO PARA TODAS ÁREAS REGIONAIS (R$)** |
| **MENSAL** | **0** | **ANUAL** | **0** |

**ANEXO – 1**

**(Parte “C”)**

**RELAÇÃO DE UNIDADES**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **LOTE** | **Regional** | **Unidade** | **Endereço** | **Telefone** |
| **01** | **ARAÇATUBA** | ANDRADINA | Rua Paes Leme, nº 2052 - Bairro Stella Maris - CEP: 16901-110 | 18 3723-1840 / 18 3723-1850 / 18 3722-1221 / 18 3723-3529 |
| ARAÇATUBA | Avenida Joaquim Pompeu de Toledo, nº 1261 - Bairro Saudade - CEP:16020-277 | 18 3303-7400 / 18 3303-7464 / 18 3303-7460 / 18 3303-7428 |
| BILAC | Rua Olavo Bilac, 466 - CEP: 16210-000 | 18 3659-1179 |
| BIRIGUI | Rua Francisco Martins Archila, 232 - Parque São Vicente - CEP: 16200-344 | 18 3642-5967 / 18 3644-4948  |
| BURITAMA | Avenida Frei Marcelo Manília, 739 - CEP. 15290-000 | 18 3691-1908  |
| CAFELÂNDIA | Avenida Dionísia Zucchi, 330 - CEP: 16500-000 | 14 3554-1953 |
| GETULINA | Rua Dr. Carlos de Campos, 660 - CEP: 16450-000 | 14 3552-1733  |
| GUARARAPES | Rua Luiz Lincoln de Oliveira, s/n - CEP: 16700-000 | 18 3606-1910 / 18 3606-3110 / 18 3606-1981 |
| ILHA SOLTEIRA | Avenida Brasil Norte, 1680 - Zona Norte - CEP: 15385-000 | 18 3742-2715 / 18 3742-4316  |
| LINS | Rua Gil Pimentel Moura, 51 - CEP: 16400-920 | 14 3532-8222 / 14 3522-6105 / 14 3523-8944 / 14 3522-6348  |
| MIRANDÓPOLIS | Rua Adelino Minari, 726 - CEP: 16800-000 | 18 3701-2529 / 18 3701-5439 |
| PENÁPOLIS | Rua Ramalho Franco, 590 - Centro - CEP: 16300-000 | 18 3652-0563 / 18 3652-4993 / 18 3652-1986 |
| PEREIRA BARRETO | Rua Francisca Senhorinha Carneiro s/nº - CEP 15370-000 | 18 3704-5638 / 18 3704-4722  |
| PROMISSÃO | Avenida Minas Gerais, 669 - Centro - CEP: 16370-000 | 14 3541-1608 / 14 3541-5216 |
| VALPARAÍSO | Rua Padre Mauro Eduardo, s/nº - CEP: 16880-000 | 18 3401-1802 |
| **LOTE** | **Regional** | **Unidade** | **Endereço** | **Telefone** |
| **02** | **BAURU** | AGUDOS | Rua Paulo Nelli, nº 276 - CEP - 17120-000 | 14 3262-2522  |
| AVARÉ | Rua Pirauí nº 1388 - CEP: 18701-050 | 14 3733-7676 / 14 3732-3244 / 14 3732-3688 |
| BARIRI | Av. Claudionor Barbieri, nº 488 - CEP: 17250-000 | 14 3662-2570  |
| BARRA BONITA | Praça Dr. Emigdio Meira, s/nº - Centro - CEP: 17340-000 | 14 3641-6087 |
| BAURU | Avenida Getúlio Vargas, nº 21-120 - Parque Jardim Europa - CEP: 17017-383 | 14 3321-6733 / 14 3321-6727 / 14 3321-6751 / 14 3321-6736 |
| BORBOREMA | Rua Joaquim Martins de Carvalho nº 676 - CEP: 14955-000 | 16 3266-1808 |
| BOTUCATU | Rua Moraes de Barros, nº 307 - CEP: 18600-300 | 14 3882-3434 / 14 3882-1722 |
| CERQUEIRA CÉSAR | Rua Olímpio Pavam, nº 355 - CEP: 18760-000 | 14 3714-1790 |
| CHAVANTES | Rua Maria Ferreira, nº 44 - CEP: 18970-000 | 14 3342-1902 |
| DOIS CÓRREGOS | Praça Francisco Simões, nº 142 - CEP: 17300-000 | 14 3652-2487 |
| DUARTINA | Rua 7 de Setembro, nº 486 - CEP: 17470-000 | 14 3282-1225 |
| FARTURA | Rua Anacleto Gonçalves Neves, nº 250 - CEP: 18870-000 | 14 3382-1535 |
| GÁLIA | Av. São José, nº 431 - CEP: 17450-000 | 14 3274-1839 |
| GARÇA | Praça Martinho Funchal de Barros, nº 50 - CEP: 17400-000 | 14 3471-3081 / 14 3460-1019 |
| IACANGA | Rua Padre Jorge Matar nº 150 - Centro - CEP: 17180-000 | 14 3294-2229 |
| IBITINGA | Rua Tiradentes, nº 360 - Centro - CEP: 14940-000 | 16 3342-4263 / 16 3341-2639 / 16 3342-4121 |
| IPAUSSU | Rua Breno de Noronha, nº 374 - CEP: 18950-000 | 14 3344-1200 |
| ITÁPOLIS | Avenida Dos Amaros nº 800 - CEP: 14900-000 | 16 3262-3511 |
| ITATINGA | Rua Major Prado, nº 405 - CEP: 18690-000 | 14 3848-2488 |
| JAÚ | Av. Rodolfo Magnani, s/nº - CEP: 17210-100 | 14 3622-2517 / 14 3622-6630 / 14 3624-3614 / 14 3625-5156 |
| LENÇÓIS PAULISTA | Av. Padre Salustio R. Machado, nº 599 - CEP: 18683-660 | 14 3264-8313 / 14 3264-3228 |
| MACATUBA | Rua Sergipe, nº 136 - CEP: 17290-000 | 14 3268-1128 |
| MARÍLIA | Rua Lourival Freire, nº 110 - CEP: 17519-902 | 14 3422-5324 / 14 3422-1796 / 14 3413-3651 / 14 3433-9942 |
| OURINHOS | Rua dos Expedicionários, nº 1895 - CEP: 19900-000 | 14 3326-4671 / 3322-5024 / 3324-9711 / 3325-4152 / 3326-1885 |
| PALMITAL | Av. Reginalda Leão, nº 1500 - CEP: 19970-000 | 18 3351-1384 / 18 3351-5066 |
| PEDERNEIRAS | Rua Belmiro Ferreira, nº S-367 - CEP: 17280-000 | 14 3252-2465 |
| PIRAJU | Praça Joaquim Antônio de Arruda, nº 126 - CEP: 18800-000 | 14 3351-2512 |
| PIRAJUÍ | Rua Sebastião Rizzo, nº 156 - Centro - CEP: 16600-000 | 14 3572-4010 |
| PIRATININGA | Rua Dr. José Lisboa Júnior, nº 67 - CEP: 17490-000 | 14 3265-1844  |
| POMPÉIA | Rua Clementino José de Paula, nº 387 - CEP: 17580-000 | 14 3452-2899 |
| SANTA CRUZ DO RIO PARDO | Rua Ciro de Mello Camarinha, nº 606 - CEP: 18900-000 | 14 3373-2120 / 14 3372-3211 |
| SÃO MANUEL | Rua Ettore Targa, s/nº - CEP: 18650-000 | 14 3841-4422 / 14 3842-1703 |
| **LOTE** | **Regional** | **Unidade** | **Endereço** | **Telefone** |
| **03** | **CAMPINAS** | AGUAÍ | Rua Joaquim Paula Cruz, nº 900 - Jardim Santa Úrsula - CEP: 13860-000 | 19 3652-2601 |
| ÁGUAS DE LINDÓIA | Rua Francisco Spartani, nº 66 – Térreo - Jardim Nova Lindóia - CEP: 13940-000 | 19 3824-2123 |
| AMPARO | Praça Tenente José Ferraz de Oliveira, nº 130, térreo – Centro - CEP: 13990-029 | 19 3807-6888 / 19 3808-3161 |
| ARTUR NOGUEIRA | Rua Treze de Maio, nº 140/150 - CEP: 13160-000 | 19 3827-3585 |
| ATIBAIA | Rua José Roberto Paim, nº 99, Parque dos Coqueiros - CEP: 12940-910 | 11 4412-2963 / 11 4402-2046 / 11 4412-6963 |
| BRAGANÇA PAULISTA | Avenida dos Imigrantes, nº 1.501 – Centro - CEP: 12902-000 | 11 4033-6324 / 11 4033-9724 / 11 4034-2449/ 11 4892-1193 |
| CAJAMAR (JORDANÉSIA) | Av. Joaquim Janus Penteado nº 96 - 2º andar - Jordanésia - CEP: 07760-000 | 11 4447-4196 |
| CAMPINAS | Avenida Francisco Xavier de Arruda Camargo, nº 340 - CEP: 13088-902 | 19 3578-8317 / 19 3578-8405 / 19 3578-8307 |
| CAMPO LIMPO PAULISTA | R. Mal. Deodoro da Fonseca, nº 550, 2º andar - Vila Tavares - CEP: 13230-130 | 11 4039-1009 |
| CONCHAL | Rua 15 de Novembro, 449 - Centro - CEP: 13835-000 | 19 3866-5252 |
| COSMÓPOLIS | Rua Ramos de Azevedo, nº 365, 1º andar – Centro - CEP: 13150-000 | 19 3872-3754 |
| ESPÍRITO SANTO DO PINHAL | Avenida Nove de Julho, nº 90 – Centro - CEP: 13990-000 | 19 3651-4501 / 19 3651-6150 |
| HORTOLÂNDIA | R Sebastião Custódio de Oliveira, n° 20 - Remanso Campineiro - CEP: 13184-507 | 19 3845-7080 / 19 3845-5490 |
| INDAIATUBA | Rua Adhemar de Barros, 630 – Centro - CEP: 13330-900 | 19 3875-0749 / 19 3834-2419 / 19 3875-5548 |
| ITAPIRA | Rua Bento da Rocha, 408 - Centro - CEP: 13970-030 | 19 3843-2128 |
| ITATIBA | Praça Paulo Pires da Silveira, s/nº, Térreo – Centro - CEP: 13250-902 | 11 4538-2476 / 11 4534-1811 |
| ITUPEVA | Avenida Brasil, nº 554 - 1º andar - Parque Amarylis - CEP: 13295-000 | 11 4593-3033 |
| JAGUARIÚNA | R Santo Antonio de Posse nº 145 / 259 – Bairro Dom Bosco - CEP: 13820-000 | 19 3867-4902 / 19 3937-4082 |
| JARINU | Av. Dr. Antenor Soares Gandra, 465 - Jardim da Saúde - CEP: 13240-000 | 11 4016-4012 |
| JUNDIAÍ | Largo São Bento, s/nº, 3º andar – Centro - CEP: 13200-002 | 11 4586-2410 / 4521-7642 / 4521-1349 / 4521-4761 |
| LOUVEIRA | Rua Antônio Shiamani, nº 126, Vila Nova - CEP: 13290-000 | 19 3878-2519 |
| MOGI-GUAÇU | Rua José Colombo, 172 - 1ª andar - CEP: 13840-065 | 19 3818-5493 |
| MOGI-MIRIM | Av. Coronel Venâncio Ferreira Alves Adorno, 114 - Santa Cruz - CEP: 13800-907 | 19 3806-5123 / 19 3862-9007 |
| MONTE MOR | Rua João Carlos Gomes Carneiro, 12 - CEP: 13190-000 | 19 3879-2626 / 19 3879-6176 |
| NAZARÉ PAULISTA | R Clementino de Almeida Passos, nº35 - Bairro Vicente Nunes - CEP: 12960-000 | 11 4597-3053 |
| NOVA ODESSA | Avenida João Pessoa, 1270 / 1300 - Centro - CEP: 13460-000 | 19 3466-5645 |
| PAULÍNIA | Praça 28 de fevereiro, 180 - Centro - CEP: 13140-000 | 19 3933-2297 |
| PEDREIRA | Rua Odavilso Uttembergue, 80 - 1ª sala 20 - CEP: 13920-000 | 19 3893-2013 |
| PINHALZINHO | Rua Boa Esperança, 266 - CEP: 12995-000 | 11 4018-1530 |
| PIRACAIA | Rua Benedito Vieira da Silva, 300-1º andar - CEP: 12970-000 | 11 4036-7109 |
| SÃO JOÃO DA BOA VISTA | Praça Dr. Boa Vista, 221 - 1º andar - CEP: 13870-227 | 19 3623-2560 / 19 3623-3139 |
| SERRA NEGRA | Praça Barão do Rio Branco, 81 - CEP: 13930-000 | 19 3892-4946 / 19 3842-2411 |
| SOCORRO | Praça Nove de Julho, 222 - 1ª - Centro - CEP: 13960-000 | 19 3895-1340 |
| SUMARÉ | Rua Santos Dumont, 78/82 - Vila Alvorada - CEP: 13170-586 | 19 3873-1812 / 19 3873-4799 / 19 3903-1777 / 19 3903-2488 |
| VALINHOS | Rua Professor Ataliba Nogueira, 36 - Santo Antonio - CEP: 13270-660 | 19 3871-5011 / 19 3829-1505 / 19 3871-5016 |
| VARGEM GRANDE DO SUL | Av. Walter Tatoni, 343 - CEP: 13880-000 | 19 3641-3330 |
| VÁRZEA PAULISTA | Rua Fernão Dias Paes Leme, 2323 - 1ª - Vila Santa Terezinha - CEP: 13220-005 | 11 4595-4899 / 19 4606-1823 |
| VILA MIMOSA | Rua Dionísio Gazotti, nº 719 - Vila Mimosa - CEP: 13050-050 | 19 3269-2122 / 19 3227-1711 |
| VINHEDO | Estrada da Boiada, 530 - 1º andar - Jardim Brasil - CEP: 13280-000 | 19 3886-1165 / 19 3876-1277 |
| **LOTE** | **Regional** | **Unidade** | **Endereço** | **Telefone** |
| **04** | **CAPITAL** | ED. SEDE DO MPSP | Rua Riachuelo, 115 - Centro - CEP 01007-904 - São Paulo - SP | 11 3119-9855 / 11 3119-9522 |
| GAB. PROC. DE JUSTIÇA | R Rafael de Barros, 232 - Paraíso - CEP: 04003-041 | 11 3119-7111 |
| ESCOLA SUPERIOR DO MPSP | R Treze de Maio, 1255, 1259 e 1263 - Bela Vista - CEP: 01327-001 - São Paulo - SP | 11 3017-7700 |
| CASA VERDE | Av. Casa Verde, 571/573 - Casa Verde - CEP: 02519-100 - São Paulo - SP | 11 3775-4190 |
| SANTA CECÍLIA | R Dr. Frederico Steidel, 120 - Vila Buarque - CEP: 01225-030 - São Paulo - SP | 11 3338-0864 / 11 3333-1415 |
| EDIFÍCIO QUEIROZ FILHO | Rua Manoel da Nóbrega, 242 - Paraíso - CEP: 04001-005 - São Paulo - SP | 11 3371-0400 |
| ED. SANTA LÚCIA | Rua Senador Feijó 164 a 176 - Centro - CEP: 01006-000 - São Paulo - SP | 11 3115-0058 / 11 3101-9091 |
| SOS CRIANÇA | R. Piratininga, 105 - Brás - CEP: 03042-001 - São Paulo - SP | 11 3209-8870 / 11 3209-7522 / 11 3209-8441 |
| PROMOTORIAS | Pça. Dr. João Mendes Júnior, s/nº - Centro - CEP: 01501-000 - São Paulo - SP | 11 2171-6000 |
| PJ IPIRANGA | Rua Agostinho Gomes, 1455 - Ipiranga - CEP: 04206-000 - São Paulo - SP | 11 2062-3291 |
| PJ ITAQUERA | Avenida Pires do Rio, 3915 - SL 112 - CEP 08240-000 - São Paulo - SP | 11 2052-3838 / 11 2051-5197 / 11 2051-7004 / 11 2054-1268 |
| PJ LAPA | Rua Clemente Álvares, 120 - CEP: 05074-000 - São Paulo - SP | 11 3835-7604 |
| PROM. DE JUSTIÇA MILITAR | Rua Dr. Vila Nova, 285 - Higienópolis - CEP 01222-020 - São Paulo - SP | 11 3120-2905 / 11 3256-9156 |
| PENHA DE FRANÇA | Rua Dr. João Ribeiro, 433 - CEP 03634-010 - São Paulo - SP | 11 2294-3552 / 11 2294-7425 / 11 2294-4782 / 11 2294-2656 |
| PJ FOR. REG. PINHEIROS | Rua Jericó, s/nº - Vila Madalena - CEP: 05435-040 - São Paulo - SP | 11 3032-7210 |
| **LOTE** | **Regional** | **Unidade** | **Endereço** | **Telefone** |
| **05** | **FRANCA** | ALTINÓPOLIS | Avenida Dr. Alberto Crivelenti, nº 25 - CEP: 14350-000 | 16 3665-2377 |
| BATATAIS | Praça Dr. José Arantes Junqueira, s/nº - CEP: 14.300-000 | 16 3662-8750 / 16 3761-1162 |
| FRANCA | Av. Pres. Vargas, nº 2350 - Bairro Jardim Dr. Antônio Petraglia - CEP: 14402-000 | 16 3702-8740 / 16 3723-9587 / 16 3722-1344 / 16 3722-9101 |
| GUAÍRA | Avenida 17, 414 - Centro - Cep.: 14790-000 | 17 3331 4662 |
| GUARÁ | Rua Carlos de Campos, nº 260 - CEP: 14580-000 | 16 3831-2434 |
| IGARAPAVA | Rua Capitão Antônio Augusto Maciel, nº 130 - CEP: 14540-000 | 16 3172-2170 / 16 3172-2539 |
| IPUÃ | Avenida Carlos Fernandes, nº 320 - CEP: 14610-000 | 16 3832-1399 |
| ITUVERAVA | Rua Capitão Floriano José da Silva, nº 1.063 - CEP: 14500-000 | 16 3729-6299 / 16 3839-0090 |
| MIGUELÓPOLIS | Rua Pedro Cristiano da Silva, nº 1005 - Centro - CEP: 14530-000 | 16 3835-2022 |
| MORRO AGUDO | Rua Basílio Otávio, nº 313 - CEP: 14640-0000 | 16 3851-2659 |
| NUPORANGA | Rua Padre Geraldo Trossel, nº 369 - CEP: 14670-000 | 16 3847-1101  |
| ORLÂNDIA | Praça Coronel Francisco Orlando, s/nº - CEP: 14620-000 | 16 3726-4796 / 16 3826-2309 |
| PATROCÍNIO PAULISTA | Praça Nossa Senhora do Patrocínio, nº 1.118 - CEP: 14415-000 | 16 3145-1785  |
| PEDREGULHO | Rua Nicolau Peliciari, nº 120 - Centro - CEP: 14470-000 | 16 3171-1628 |
| SÃO JOAQUIM DA BARRA | Praça Magino Diniz Junqueira, nº 30 - CEP: 14600-000 | 16 3818-0525 |
| **LOTE** | **Regional** | **Unidade** | **Endereço** | **Telefone** |
| **06** | **GRANDE SÃO PAULO I** | DIADEMA | Av. 7 de Setembro, 468 – Vila Dirce - CEP: 09912-010 | 11 4044-1961 / 11 4044-7678 / 11 4054-2400 / 11 4054-2410 |
| MAUÁ | Av. João Ramalho, 131 - CEP: 09371-520  | 11 4555-3815 / 11 4555-3599 / 11 4512-1112 / 11 4555-5879 |
| RIO GRANDE DA SERRA | Rua Agostinho Cardoso, 176 - CEP: 09450-000 | 11 4821-4722 |
| SANTO ANDRÉ | Praça IV Centenário, 3 - CEP. 09015-080 | 11 4436-7422 / 11 4992-7358 / 11 4427-9633 |
| SÃO BERNARDO DO CAMPO | Rua 23 de Maio, 107 – Vila Tereza - CEP: 09731-520 | 11 4122-4217 / 11 4330-9415 / 11 4122-4622 / 11 4333-3322 |
| SÃO CAETANO DO SUL | Praça Joviano Pacheco de Aguirre, s/nº - CEP: 09581-540 | 11 4238-8624 / 11 4232-6569  |
| **LOTE** | **Regional** | **Unidade** | **Endereço** | **Telefone** |
| **07** | **GRANDE SÃO PAULO II** | BARUERI | R Dr. Paulo de Arruda Bacarat, 140 – Jd. dos Camargos - CEP: 06400-903 | 11 4198-1444 |
| CARAPICUÍBA | Av. Presidente Vargas, 91 - Vila Caldas - Carapicuíba-SP - CEP: 06310-100 | 11 4184-6883 / 11 4184-6678 |
| COTIA | Rua Topázio, 526 - Parque Bahia - CEP: 06717-235 | 11 4703-7589 / 11 4616-1752 |
| FRANCISCO MORATO | R 21 de março, n° 238, Belém Estação - Francisco Morato - SP - CEP: 07910-040 | 11 4488-2631 |
| FRANCO DA ROCHA | Praça Ministro Nelson Hungria, 01 – 1ª - Centro - CEP: 07850-900 | 11 4443-6989 |
| JANDIRA | Av. Antonio Bardela, 613 – Sítio Pedra Rachada - CEP: 06618-000 | 11 4707-2749 |
| OSASCO | Av. das Flores, 703 – Jardim das Flores - CEP: 06110-100 | 11 3684-0642 / 3684-7390 / 3681-7645 |
| SANTANA DE PARNAÍBA | R Prof. Olegário Cardoso Filho, 147 - Jardim Professor Benoá - CEP: 06502-045 | 11 4154-1432 |
| TABOÃO DA SERRA | Rua Mario Latorre, 96 - CEP. 06767-230 | 11 4787-3814 / 11 4135-3132 |
| VARGEM GRANDE PAULISTA | Av. Bela Vista nº 123 - Centro - CEP: 06730-000 | 11 4159-1692 |
| **LOTE** | **Regional** | **Unidade** | **Endereço** | **Telefone** |
| **08** | **GRANDE SÃO PAULO III** | ARUJÁ | Rua Albino Rodrigues Neves, 394 - CEP: 07400-000 | 11 4655-1206 |
| FERRAZ DE VASCONCELOS | Rua Bruno Altafin, 16 - Centro - CEP: 08500-000 | 11 4678-1722 |
| GUARULHOS | Rua Sete de Setembro, nº 138 - Centro - CEP: 07011-020 | 11 4568-7661 |
| ITAQUAQUECETUBA | Estrada de Santa Isabel, 1170 – Jd. Cláudia - CEP: 08577-010 | 11 4640-3571 |
| MAIRIPORÃ | Rua Benedito Galrão de França, n° 68, Jardim Galrão - CEP: 07600-000 | 11 4604-3024 |
| MOGI DAS CRUZES | Av. Candido Xavier de Almeida e Souza, 159 - CEP: 08780-912 | 11 4726-4853 |
| SUZANO | Rua Lyons, S/Nº - CEP. 08675-230 | 11 4747-3931 |
| **LOTE** | **Regional** | **Unidade** | **Endereço** | **Telefone** |
| **09** | **PIRACICABA** | AMERICANA | Rua Cristóvão Colombo, nº 233 - Parque Residencial Nardini - CEP: 13468-290 | 19 3462-1429 / 3462-4632 / 3461-1552 / 3461-4233 |
| ARARAS | Av Antonio Prudente, nº 322, 1º andar - Jardim Universitário - CEP: 13607-335 | 19 3541-0688 / 3542-1390 |
| BROTAS | Praça Nove de Julho, nº 26, 1º andar - Centro - CEP: 17380-000 | 14 3653-2743 |
| CAPIVARI | Rua Dr. João Adolfo Stein, nº 171 – 1º andar – Centro - CEP: 13360-000 | 19 3491-4299 / 3492-4313 |
| CERQUILHO | Avenida Presidente Washington Luis nº 2501, Térreo - CEP: 18520-000 | 15 3284-1027 |
| CONCHAS | Rua Goiás, nº 521 - CEP: 18570-000 | 14 3845-1266 |
| CORDEIRÓPOLIS | Rua Guilherme Krauter, nº 588, Térreo – Centro - CEP: 13490-000 | 19 3546-1699 |
| ITIRAPINA | Rua 01  nº 180 – Centro - CEP: 13530-000 | 19 3575-1874 |
| LARANJAL PAULISTA | Avenida Prefeito Hermelindo Pilon, s/nº - CEP: 18500-000 | 15 3283-3131 |
| LEME | Rua Bernardino de Campos nº 770 - CEP: 13610-000 | 19 3555-1166 |
| LIMEIRA | Rua Santa Cruz, 754 - CEP: 13480-041 | 19 3444-4123 / 3444-4835 / 3444-2816 / 3444-4799 |
| PIRACICABA | Rua Almirante Barroso, 491 - Bairro São Dimas - CEP: 13416-398 | 19 3433-6185 / 3433-2696 / 3434-7843 |
| RIO CLARO | Avenida Cinco, 535 - Centro - CEP: 13500-380 | 19 3524-0217 / 3534-1149 / 3534-1556 |
| RIO DAS PEDRAS | Rua Prudente de Moraes, 136 - Centro - CEP: 13390-000 | 19 3493-1522 |
| SANTA BÁRBARA DO OESTE | Praça Dona Carolina, 40 - Jd. Panambi - CEP: 13450-515 | 19 3463-5687 / 3454-0299 / 3454-7086 / 3454-6461 |
| SÃO PEDRO | Praça Adolpho Bonifácio Bragaia, s/nº- Centro - CEP: 13520-000 | 19 3481-2180 |
| **LOTE** | **Regional** | **Unidade** | **Endereço** | **Telefone** |
| **10** | **PRESIDENTE PRUDENTE** | ADAMANTINA | Rua Ademar de Barros, nº 133 - CEP: 17800-000 | 18 3522-3568 / 18 3521-5481 |
| ASSIS | Rua Dr. Lício Brandão de Camargo, s/nº - CEP: 19800-000 | 18 3322-2155 / 18 3322-5500 / 18 3324-2378 |
| BASTOS | Rua Presidente Vargas, nº 394 - CEP: 17690-000 | 14 3478-6100 |
| CÂNDIDO MOTA | Praça Antônio Pipolo, s/nº - CEP: 19880-000 | 18 3341-2028 |
| DRACENA | Rua Bolívia, nº 137 - CEP: 17900-000 | 18 3821-3111 / 18 3821-1345 |
| FLÓRIDA PAULISTA | Praça Presidente Kennedy, nº 184 - Centro - CEP: 17830-000 | 18 3581-1123 |
| IEPÊ | Rua Minas Gerais, nº 343 - Centro - CEP: 19640-000 | 18 3264-1802 / 18 3264-1361 |
| JUNQUEIRÓPOLIS | Rua Porto Alegre, nº 1230 - CEP: 17890-000 | 18 3841-1025 |
| LUCÉLIA | Praça José Firpo, s/nº - Cep.: 17780-000 | 18 3551-2424 |
| MARTINÓPOLIS | Rua José Henrique de Mello, nº 116 - CEP: 19500-000 | 18 3275-1756 |
| MARACAÍ | Av. São Paulo nº 440 - CEP: 19840-000 | 18 3371-1114 |
| MIRANTE DO PARANEPANEMA | Rua Maria Lúcia R. de Almeida, nº 455 - CEP: 19260-000 | 18 3991-1699 |
| OSVALDO CRUZ | Rua Estados Unidos, 480 - CEP: 17700-000 | 18 3528-3343 / 18 3528-3018 |
| PACAEMBU | Avenida São João, nº 1361 - CEP: 17860-000 | 18 3862-1899 |
| PANORAMA | Rua Manoel Fernandes da Cunha, nº 1308 - CEP: 17980-000 | 18 3871-1609 |
| PARAGUAÇU PAULISTA | Av. Siqueira Campos, nº 1429 - CEP: 19700-000 | 18 3361-2944 |
| PIRAPOZINHO | Rua Carlos Alberto Leite Boulhosa, nº 525 - CEP: 19200-000 | 18 3269-2781 |
| PRESIDENTE BERNARDES | Rua Armando Falcone, s/nº - CEP: 19300-000 | 18 3262-1368 |
| PRESIDENTE EPITÁCIO | Avenida Presidente Vargas, nº 1-31 - CEP: 19470-000 | 18 3281-2966 |
| PRESIDENTE PRUDENTE | **FÓRUM:** Avenida Coronel José Soares Marcondes, nº 2201 - CEP: 19013-050 | 18 3221-9248 |
| **PRÉDIO PRÓPRIO:** Rua Eibeiro de Barros, nº 630 - CEP: 19020-430 | 18 3222-2715 |
| PRESIDENTE VENCESLAU | Avenida Faustino Rodrigues Azenha, nº 1500 - CEP: 19400-000 | 18 3271-3665 |
| PJ DE CÂNDIDO MOTA | Praça Antônio Pipolo s/nº - CEP: 19880-000 | 18 3341-2028 |
| QUATÁ | Av. Rui Barbosa, nº 844 - CEP: 19780-000 | 18 3366-1664 |
| RANCHARIA | Rua Marcílio Dias, nº 615 - CEP: 19600-000 | 18 3265-3794 |
| REGENTE FEIJÓ | Rua Carlos Beltrame, nº 10 - CEP: 19570-000 | 18 3279-1828 |
| ROSANA | Travessa das Magnólias, Casa 43 - Quadra 03 - CEP: 19274-000 | 18 3284-1620 / 18 3284-3008 |
| SANTO ANASTÁCIO | Praça Ataliba Leonel, nº 251 - CEP: 19360-000 | 18 3263-2544 |
| TEODORO SAMPAIO | Rua Manoel Ramos Gonçalves, nº 573 - CEP: 19280-000 | 18 3282-1597 |
| TUPÃ | **FÓRUM:** Rua Colômbia, nº 200 - CEP: 17605-900 | 14 3496-3101 |
| **PJ EXEC CRIM:** Rua Dr. Edu Teixeira de Mendonça, nº 602 - CEP: 17600-000 | 14 3441-5453 |
| TUPI PAULISTA | Rua Tiradentes, nº 877 - CEP: 17930-000 | 18 3851-1519 |
| **LOTE** | **Regional** | **Unidade** | **Endereço** | **Telefone** |
| **11** | **RIBEIRÃO PRETO**  | AMÉRICO BRASILIENSE | Rua Dom Pedro II, nº 65 - 1º andar - sala 24 - CEP: 14820-000 | 16 3392-1929 |
| ARARAQUARA | Rua dos Libaneses, nº 2065/2067 - CEP: 14801-425 | 16 3336-8257 / 16 3336-7077 / 16 3336-8226 / 16 3331-2338 |
| BEBEDOURO | Rua Osvaldo Perrone, nº 218 - CEP: 14706-136 | 17 3342-1692/ 17 3343-3055 / 17 3343-5510 |
| BRODOWSKI | Avenida Papa João XXIII, s/nº - CEP: 14.340-000 | 16 3664-2111 |
| CACONDE | Praça Cel. Gustavo Ribeiro, nº 50 - CEP: 13770-000 | 19 3662-1505 |
| CAJURU | Rua José Bonifácio, nº 817 - CEP: 14240-000 | 16 3667-2996 |
| CASA BRANCA | Praça Ministro Costa Manso, nº 78 - CEP: 13700-000 | 19 3671-3445 / 19 3671-4825 |
| CRAVINHOS | Avenida Fagundes, nº 29 - CEP: 14140-000 | 19 3951-1685 / 19 3951-6733 |
| DESCALVADO | Rua Barão do Descalvado, nº 383 - CEP: 13690-000 | 19 3583-4198 |
| GUARIBA | Rua Feres Sadalla, nº 761 - CEP: 14840-000 | 16 3251-2286 |
| IBATÉ | Rua Albano Bujo, nº 367 - CEP: 14.815-000 | 16 3343-6959 / 16 3343-6959 |
| JABOTICABAL | Praça do Café, s/nº - CEP: 14870-000 | 16 3203-1701 / 16 3203-3845 |
| JARDINÓPOLIS | Praça Dr. Mário Lins, s/nº - CEP: 14680-000 | 16 3663-3618 |
| MATÃO | Rua Leandro Bocchi, n°560, Bairro Residencial Monte Carlo - CEP: 15991-152 | 16 3382-5898 / 3382-9551 / 3382-9556 |
| MOCOCA | Avenida Dr. Gabriel do Ó, nº 1203 - CEP: 13730-620 | 19 3656-0992 /19 3665-3808 |
| MONTE ALTO | Praça da Bandeira, nº 17 - Centro - CEP: 15910-000 | 16 3243-2162 / 3242-4430 / 3242-3491 |
| MONTE AZUL PAULISTA | Rua Floriano Peixoto, 515 - Centro - CEP: 14730-000 | 17 3361.2446 |
| PIRANGI | Travessa Vereador Rafael João Giglio, s/nº - CEP: 15820-000 | 17 3386-1198 |
| PIRASSUNUNGA | Rua José Bonifácio, nº 70 - CEP: 13631-903 | 19 3561-7511 / 19 3561-8215 |
| PITANGUEIRAS | Rua Dr. Euclides Zanini Caldas, nº 713 - CEP: 14750-000 | 16 3952-2386 |
| PONTAL | Rua João dos Reis, nº 544 - CEP: 14180-000 | 16 3953-2200 |
| PORTO FERREIRA | Rua Dr. Carlindo Valeriani, nº 525 - CEP: 13660-000 | 19 3589-1736 |
| RIBEIRÃO BONITO | Praça dos Três Poderes, s/nº - Centro - CEP: 13580-000 | 16 3344-1855 |
| RIBEIRÃO PRETO | Rua Otto Benz, nº 1070 – Nova Ribeirânia - CEP: 14096-580 | 16 3456-3816 / 16 3456-3818 / 16 3456-3819 / 16 3456-3824 |
| SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS | Avenida do Café, nº 665 - CEP: 13650-000 | 19 3672-1113 |
| SANTA RITA DO PASSA QUATRO | Rua Victor Aníbal Rosin, nº 251 - CEP: 13670-000 | 19 3582-4351 |
| SANTA ROSA DO VITERBO | Rua Francisco Carvalho de Andrade, nº 121 - CEP: 14270-000 | 16 3954-2552 |
| SÃO CARLOS | Av. Tancredo de Almeida Neves, nº 375 – Pq. Santa Mônica - CEP: 13561-260 | 16 3368-4747 |
| SÃO JOSÉ DO RIO PARDO | Praça dos Três Poderes, nº 03 - CEP: 13720-000 | 19 3608-2864 / 19 3681-5991 |
| SÃO SEBASTIÃO DA GRAMA | Praça São Sebastião, nº 126 - CEP: 13790-000 | 19 3646-1721 |
| SÃO SIMÃO | Praça 20 de Agosto, nº 258 - CEP: 14200-000 | 16 3984-2400 |
| SERRANA | Avenida Abib Jabali, nº 500 - CEP: 14150-000 | 16 3987-1772 |
| SERTÃOZINHO | Rua Luis Carlos Prudêncio, nº 100 - Jardim Amárica - CEP: 14160-280 | 16 3942-6413 / 16 3947-9634 |
| TAMBAÚ | Rua Campos Salles, nº 345 - CEP: 13710-000 | 19 3673-2718 |
| TAQUARITINGA | Rua Duque de Caxias, nº 267 - CEP: 15900-000 | 16 3252-4893 |
| VIRADOURO | Rua José Borelli, nº 10 - CEP: 14740-000 | 17 3392-1804 |
| **LOTE** | **Regional** | **Unidade** | **Endereço** | **Telefone** |
| **12** | **SANTOS** | BERTIOGA | Rua Rafael Costábile, 719 - V. Itapanhaú - CEP: 11250-000 | 13 3317-3997 |
| CUBATÃO | Avenida Joaquim Miguel Couto, 320 - CEP: 11500-000 | 13 3361-3357 / 3361-4237 / 3361-6251 |
| GUARUJÁ | Rua Sylvio Daige, 280 - Enseada - CEP: 11440-900 | 13 3384-5047 / 3387-6744 / 3387-6134 |
| Rua Mário Ribeiro, 261 - Centro - CEP: 11410-190 | 13 3341-1660 / 3352-3861 |
| ITANHAÉM | Av. Rui Barbosa nº 867 - CEP: 11740-000 | 13 3426-1437 / 3426-4181 / 3426-3443 |
| MONGAGUÁ | Av. São Paulo nº 300 - Jardim Luciana - CEP: 11730-000 | 13 3448-4292 / 3507-1749 |
| PERUÍBE | Rua Nilo Soares Ferreira s/nº - Centro - CEP: 11750-000 | 13 3455-7399 / 3453-6131 / 3454-1017 |
| PRAIA GRANDE | Rua José Borges Netto nº 789 - CEP: 11705-010 | 13 3494-1549 / 3495-2754 / 3471-1765 / 3471-8675 |
| SANTOS | Rua Bittencourt nº 141 - CEP: 11013-300 | 13 3878-3300 |
| SÃO VICENTE | Rua Jacob Emerich nº 1.367 - CEP: 11310-071 | 13 3568-8425 / 3467-6945 / 3568-9080 / 3467-9078 |
| **LOTE** | **Regional** | **Unidade** | **Endereço** | **Telefone** |
| **13** | **SÃO JOSÉ DO RIO PRETO** | AURIFLAMA | Rua Dr. Márcio da Mata Bianco nº 52/25 - CEP: 15350-000 | 17 3482-1801 |
| BARRETOS | Av. Centenário da Abolição nº 1500 - CEP: 14783-195 | 17 3323-1427 / 3323-8400 / 3322-5265 / 3325-5591 |
| CARDOSO | Rua Urias de Paula e Silva nº 1.651 - CEP: 15570-000 | 17 3453-1295 |
| CATANDUVA | Parque das Américas nº 55 - CEP: 15800-032 | 17 3522-5247 / 3522-5248 |
| COLINA | Rua Adilson Sturaro nº 45 - Vila Cunha - CEP: 14770-000 | 17 3341-2298 |
| ESTRELA D'OESTE | Av. Nove de Julho nº 90 - Centro - CEP: 13990-000 | 17 3651-4501 / 3651-6150 |
| FERNANDÓPOLIS | Av. Raul Gonçalves Júnior nº 850 - CEP: 15600-000 | 17 3442-1314 / 3442-6611 / 3462-3845 |
| GENERAL SALGADO | Rua Azílio Antônio do Prado nº 991 - CEP: 15300-000 | 17 3832-1224 |
| ITAJOBI | Rua Said Fahart Filho nº 100 - Centro - CEP: 15840-000 | 17 3546-1110 |
| JALES | Rua Nove nº 2.231 - CEP: 15700-000 | 17 3632-2828 / 3632-4550 |
| JOSÉ BONIFÁCIO | Avenida Monsenhor Ângelo Angeone nº 1000 - CEP: 15200-000 | 17 3245-2744 / 3265-2150 |
| MACAUBAL | Rua Sebastião Dibo nº 668 - CEP: 15270-000 | 17 3874-1708 |
| MIRASSOL | Rua Floriano Peixoto nº 17-35 - CEP: 15130-000 | 17 3242-3492 / 3242-4713 / 3243-1539 |
| MONTE APRAZÍVEL | Rua Monteiro Lobato nº 269 - CEP: 15150-000 | 17 3275-2271 / 3295-2257 |
| MONTE AZUL PAULISTA | Rua Floriano Peixoto nº 515 - CEP: 14730-000 | 17 3361-2446 |
| NEVES PAULISTA | Rua Rui Barbosa s/nº - CEP: 15120-000 | 17 3271-1187 |
| NHANDEARA | Rua Raul Cardoso de Souza nº 197 - CEP: 15190-000 | 17 3472-1604 |
| NOVA GRANADA | Av. Dr. Hildeberto de Albuquerque Ferreira nº 1001 - CEP: 15440-000 | 17 3261-2580 |
| NOVO HORIZONTE | Rua São Sebastião nº 779 - CEP: 14960-000 | 17 3542-3600 / 3542-7900 |
| OLÍMPIA | Rua São João nº 891 - CEP: 15400-000 | 17 3726-4796 |
| OUROESTE | Av. João Valdeviesso s/nº - Centro - Comarca Fernandópolis - CEP: 15685-000 | 17 3843-1737 |
| PALESTINA | Rua Capitão Faria nº 1.068 - CEP: 15470-000 | 17 3293-1500 |
| PALMEIRA D'OESTE | Rua 15 de novembro nº 48/71 - CEP: 15720-000 | 17 3651-1620 |
| PAULO DE FARIA | Rua XV de Novembro nº 809 - CEP: 15490-000 | 17 3292-1423 |
| POTIRENDABA | Largo Bom Jesus nº 906 - CEP: 15105-000 | 17 3249-2004 |
| SANTA ADÉLIA | Praça Ademar de Barros nº 255 - CEP: 15950-000 | 17 3571-1126 |
| SANTA FÉ DO SUL | Av. Conselheiro Antônio Prado nº 1.662 - CEP: 15775-000 | 17 3631-2040 / 3631-6026 |
| SÃO JOSÉ DO RIO PRETO | Rua Voluntários de São Paulo nº 3539 - Centro - CEP: 15015-200 | 17 3121-4354 |
| TABAPUÃ | Rua Eugênio Ulian nº 1.265 - CEP: 15880-000 | 17 3562-1954 |
| TANABI | Rua Capitão Bonfim nº 273 - Centro - CEP: 15170-000 | 17 3274-2699 / 3272-1979 |
| URANIA | Rua Barão Rio Branco nº 818 - CEP: 15760-000 | 17 3634-1904 |
| URUPÊS | Praça Jardim Bela Vista s/nº - CEP: 15850-000 | 17 3552-1566 |
| VOTUPORANGA | Av. Prestes Maia nº 2801 - Bairro Estação - CEP: 15501-333 | 17 3422-4711 / 3422-5526 / 3422-7846 |
| **LOTE** | **Regional** | **Unidade** | **Endereço** | **Telefone** |
| **14** | **SOROCABA** | ANGATUBA | Rua Público de Almeida Mello, nº 832 - CEP: 18.240-000 | 15 3255-1644 |
| APIAÍ | Praça Francisco Xavier da Rocha, nº 182 - CEP: 18.320-000 | 15 3552-1979 |
| BOITUVA | Rua Manoel dos Santos Freire, nº 161 - CEP: 18.550-000 | 15 3263-2181 / 3363-3904 |
| BURI | Rua Carlos Alberto Pereira Junior, nº 549 - CEP: 18.290-000 | 15 3546-2355 |
| CABREÚVA | Rua Ademar Clemente Nunes, nº 11 - Distrito Jacaré - CEP: 13318-000 | 11 4409-1861 / 4529-7935 |
| CAPÃO BONITO | Rua Rafael Machado Neto nº 50 - Vila Nova - CEP: 18304-130 | 15 3542-1423 / 3542-6000 |
| IBIÚNA | Praça Monsenhor Antonio Pepe, nº 02 - Centro - CEP: 18.140-000 | 15 3241-2955 |
| ITABERÁ | Rua Cel. José Pedro de Lima, 266 - Centro - CEP: 18.440-000 | 15 3562-1483 |
| ITAÍ | Praça Colonização Japonesa, nº 220 - CEP: 18730-000 | 14 3761-1051 |
| ITAPETININGA | Praça dos Três Poderes s/nº - Jardim Marabá - CEP: 18213-540 | 15 3273-1175 / 3273-1125 |
| Av. Peixoto Gomide s/nº - Centro - CEP: 18200-000 | 15 3271-3095 / 3271-8463 |
| ITAPEVA | Praça Vinte de Setembro nº 133 - Centro - CEP: 18.400-230 | 15 3522-0438 / 3522-4398 |
| ITAPORANGA | Av. Santa Cruz nº 59 - CEP: 18480-000 | 15 3565-1640 |
| ITARARÉ | Rua Frei Caneca nº 982 - Centro - CEP: 18460-000 | 15 3532-4515 / 3532-2661 |
| ITU | Avenida Goiás nº 194 - Bairro Brasil - CEP: 13301-370 | 11 4022-5155 / 4022-3970 |
| MAIRINQUE | Av. Dr. Gaspar Ricardo Jr. nº 185 - Centro - CEP: 18120-000 | 11 4708-3948 / 4718-3836 |
| PARANAPANEMA | Rua Dr. Fortunato Martins de Camargo nº 610 - CEP: 18720-000 | 14 3713-1255 |
| PIEDADE | Praça Raul Gomes de Abreu nº 73 - CEP: 18170-000 | 15 3244-2109 / 3244-1954 |
| PILAR DO SUL | Praça Padre Luiz Trentini nº 330 - CEP: 18190-000 | 15 3278-1287 / 3278-1981 / 3278-1243 |
| PORANGABA | Rua Vereador Braz Gica da Paz nº 193 - CEP: 18260-000 | 15 3257-1200 |
| PORTO FELIZ | Av. José Maurino nº 252 - Centro - CEP: 18540-000 | 15 3262-3636 / 3262-1522 |
| SALTO | Av. Dom Pedro II nº 261 - Centro - CEP: 13320-240 | 11 4029-5154 / 4021-1180 / 4029-0163 |
| SALTO DE PIRAPORA | Rua Francisco Barros Leite nº 708 - Centro - CEP: 18160-970 | 15 3492-2072 |
| SÃO MIGUEL ARCANJO | Rua Bento França nº 332 - CEP: 18230-000 | 15 3279-1193 |
| SÃO ROQUE | Av. John Kennedy, 355 - CEP: 18130-000 | 11 4712-7500 / 4784-6560 |
| SOROCABA | Rua Florindo Julio, nº 97 - Parque Campolim - CEP: 18047-650 | 15 3211-2672 / 3231-6955 / 3233-7370 |
| TAQUARITUBA | Av. Coronel João Quintino, nº 137 - CEP: 18740-000 | 14 3762-1424 |
| TATUÍ | Rua São Bento, 808 - sala 26 - 1º andar - CEP: 18270-000 | 15 3251-6685 / 3251-6833 |
| TIETÊ | Av. Onze de Agosto, 130 - 1ª - Centro - CEP: 18530-000 | 15 3282-2593 / 3285-2828 |
| VOTORANTIM | Avenida Luiz do Patrocínio Fernandes, 762 - CEP: 18113-070 | 15 3243-2921 |
| **LOTE** | **Regional** | **Unidade** | **Endereço** | **Telefone** |
| **15** | **TAUBATÉ** | APARECIDA | Avenida Padroeira do Brasil, nº 180 - CEP: 12570-000 | 12 3105-2787 |
| BANANAL | Praça Rubião Júnior, nº 305 - Centro - CEP: 12850-000 | 12 3116-1649 |
| CAÇAPAVA | Rua Cel. José Guimarães, nº 225 - Vila Resende - CEP: 12282-330 | 12 3653-4656 |
| CACHOEIRA PAULISTA | Avenida Coronel Domiciano, nº 400 - Centro - CEP: 12630-000 | 12 3103-2288 |
| CAMPOS DO JORDÃO | Avenida Dr. Januário Miráglia, nº 1200 - Abernéssia - CEP: 12460-000 | 12 3662-4155 |
| CARAGUATATUBA | Rua Engenheiro João Fonseca, nº 48 - Centro - CEP: 16660-200 | 12 3882-2180 / 12 3882-1099 / 12 3883-1039 |
| CRUZEIRO | Avenida Francisco Marzano, nº 100 - CEP: 12700-000 | 12 3144-2124 |
| CUNHA | Praça Prudente Guimarães, n º 12 – Centro - CEP: 12530-000 | 12 3111-1591 |
| GUARATINGUETÁ | Avenida Dr. Ariberto Pereira da Cunha, nº 280 - CEP: 12500-000 | 12 3125-1038 |
| ILHABELA | Rua Sergio Rodrigues, nº 11 - Centro - CEP: 11630-000 | 12 3896-2053 |
| JACAREÍ | **MPSP** - Rua Três de Abril, nº 32 - Jardim Leonidia - CEP: 12300-000 | 12 3951-7853 |
| **FÓRUM** - Praça dos Três Poderes, s/nº - Centro - CEP: 12300-000 | 12 3951-4657 |
| LORENA | Rua Hepacare, nº 219 - Centro - CEP: 12600-340 | 12 3185-8704 |
| PARAIBUNA | Avenida Major João Elias de Calazans, n º 565 - Centro - CEP: 12260-000 | 12 3974-0629 |
| PINDAMONHANGABA | **MPSP** - Rua Rubião Júnior, 192 - 7º andar -  salas: 73/75/78 - CEP: 12400-000 | 12 3645-5536 |
| **FÓRUM** – Pç. Des. Eduardo Campos Maia, s/nº - Centro - CEP: 12400-000 | 12 3643-1099 |
| PIQUETE | Avenida General Gomes Carneiro, s/nº - Centro - CEP: 12620-000 | 12 3156-1447 |
| QUELUZ | Praça Portugal, nº 174 - Centro - CEP: 12800-000 | 12 3147-1562 |
| ROSEIRA | Rua Dom Epaminondas, nº 54 - Centro - CEP: 12580-000 | 12 3646-1294 |
| SALESÓPOLIS | Rua Antonio Aranha, nº 313 - CEP: 08970-000 | 11 4696-1722 |
| SANTA BRANCA | Rua Coronel Alfredo de Lima, nº 90 - CEP: 12380-000 | 12 3972-0733 |
| SÃO BENTO DO SAPUCAÍ | Rua Capitão Procópio Marcondes de Azevedo, nº 43 - CEP: 12490-000 | 12 3971-1374 |
| SÃO JOSÉ DOS CAMPOS | **MPSP** - Praça Melvin Jones, nº 22/28 – Jardim São Dimas - CEP: 12245-380 | 12 3922-7549 |
| **INF JUV** – Av. Dep. Benedito Matarazzo, nº 7981 – Vl. Bethânia - CEP: 12245-010 | 12 3922-5832 |
| **FÓRUM** - Rua Paulo Setúbal, nº 220 – Centro - CEP: 12245-460 | 12 3941-3292 |
| **CENTR FACIL** - Avenida Salmão, nº 678 - Jardim Aquarius - CEP: 12246-260 | 12 3901-8240 |
| SÃO LUIZ DO PARAITINGA | Avenida José Pinto de Souza, s/nº - Centro - CEP: 12140-000 | 12 3671-1408 |
| SÃO SEBASTIÃO | Praça Brigadeiro Rafael Tobias, s/nº - Centro - CEP: 11600-000 | 12 3892-1810 / 12 3892-1616 / 12 3892-2839 / 12 3893-2419 |
| TAUBATÉ | **CÍVEL** - Rua José Licurgo Indiani, s/nº - Jardim Maria Augusta - CEP: 12070-070 | 12 3621-4801 / 12 3621-1923 |
| **CRIMINAL** - Praça Monsenhor Silva Barros, s/nº - Centro - CEP: 12020-060 | 12 3621-1922 / 12 3621-8711 |
| TREMEMBÉ | Rua Costa Cabral, nº 1183 -  Centro - CEP: 12120-000 | 12 3672-3829 |
| UBATUBA | Praça Nóbrega, nº 54 - Centro - CEP: 11680-000 | 12 3832-6013 |
| **LOTE** | **Regional** | **Unidade** | **Endereço** | **Telefone** |  |
| **16** | **VALE DO RIBEIRA** | CANANÉIA | Avenida Pero Lobo, 75 - Centro - CEP: 11990-000 | 13 3851-1551 |  |
| ELDORADO | Rua Professor Francisco Canto, 14 - Centro - CEP: 11960-000 | 13 3871-1223 |  |
| IGUAPE | Rua dos Estudantes, 106 - Centro - CEP: 11920-000 | 13 3841-4497 / 13 3841-4073 |  |
| ITARIRI | Rua Eng. José Claret Toledo Goulart nº 41 - CEP: 11760-000 | 13 3418-1141 |  |
| JACUPIRANGA | Avenida Presidente Kennedy, 299 - Centro - CEP: 11940-000 | 13 3864-1300 / 13 3864-2533 |  |
| JUQUIÁ | Rua Martins Coelho, 439 - Centro - CEP: 11800-000 | 13 3844-1109 |  |
| MIRACATU | Avenida Dona Evarista de Castro Ferreira, 50 - Centro - CEP: 11850-000 | 13 3847-1633 |  |
| PARIQUERA-AÇU | Avenida Dr. Fernando Costa, 215 - Centro - CEP: 11930-000 | 13 3856-1851 / 13 3856-1923 |  |
| REGISTRO | Rua Alexandre Agenor de Moraes, 93 - Centro - CEP: 11900-000 | 13 3821-3455 / 13 3822-6134 |  |

**ANEXO – 2**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO REGULAR PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO**

 Eu, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (nome completo), representante legal da empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (nome da pessoa jurídica), interessado em participar do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2019**, do Ministério Público do Estado de São Paulo**, DECLARO**, sob as penas da lei, que, nos termos do § 6º do artigo 27 da Lei nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, a empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (nome da pessoa jurídica) encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

São Paulo, \_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Carimbo da empresa, nome e cargo da pessoa que assina)

**ANEXO – 3**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SUPERVENIÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO À PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÕES PROMOVIDAS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES PÚBLICAS**

 Eu, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (nome completo), representante legal da empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (nome da pessoa jurídica), interessado em participar do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2019**, do Ministério Público do Estado de São Paulo, **DECLARO**, sob as penas da lei, a inexistência de superveniência de fato impeditivo à participação em licitações, promovidas por Órgãos ou Entidades Públicas, inclusive por proibição temporária de contratar com o Poder Público, nos termos do artigo 10, da Lei nº 9.605/98.

São Paulo, \_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Carimbo da empresa, nome e cargo da pessoa que assina)

**ANEXO – 4**

**MINUTA DE CONTRATO**

###### CONTRATO nº \_\_\_\_/2019

**PROCESSO nº 397/2018-DG/MP**

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FAZEM, O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO E ................................................ PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E ASSEPSIA, COM INTEGRAL FORNECIMENTO DE PEÇAS, EM EQUIPAMENTOS DE AR-CONDICIONADO E CORTINAS DE AR, INSTALADOS EM DIVERSAS UNIDADES DO MPSP.

 Aos ......... dias do mês de .................. de 2019, no Edifício-Sede do **Ministério Público do Estado de São Paulo,** situado na Rua Riachuelo nº 115, CEP - 01007-904, nesta Capital, compareceram as partes entre si justas e contratadas, a saber: de um lado, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO SÃO PAULO**, C.N.P.J. n. º 01.468.760/0001-90, neste ato representado pelo **Doutor RICARDO DE BARROS LEONEL,** Promotor de Justiça e seu Diretor Geral, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE,** e de outro, ....................................................., C.N.P.J. nº ............................................, estabelecida na Rua ..................................., neste ato representada pelo Senhor................................................,RG. nº ....................................., doravante denominada simplesmente **CONTRATADA,** os quais têm certo e ajustado o presente Contrato, o qual reger-se-á pelas cláusulas e condições a seguir descritas, com inteira submissão à Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações, à Lei Estadual nº 6.544/89, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

## CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO

 Constitui objeto da presente avença a prestação de serviços de manutenção preventiva mensal, corretiva e assepsia em equipamentos condicionadores de ar do tipo *Janela*, *Split*, bem como em equipamentos do tipo *Cortina de Ar*, instalados em diversas unidades do Ministério Público do Estado de São Paulo, tanto na Capital quanto nas cidades do interior, incluindo-se aí a mão de obra especializada e o fornecimento de peças, componentes, gases, fluidos e demais elementos necessários ao correto funcionamento dos equipamentos manutenidos, às expensas da CONTRATADA, conforme especificações e demais informações constantes das **Partes “B”** e **“C”** do **Anexo 1** do Edital do Pregão nº 047/2019, e Planilhas de Composição de Custos Profissionais e Orçamentária da Proposta, encartada a fls.\_\_\_\_ dos autos do Processo nº 397/18 DG/MP, que a esta fica vinculada, obrigando-se a **CONTRATADA** a executar os serviços ali descritos.

## CLÁUSULA 2ª - DO REGIME DE EXECUÇÃO

 O regime de execução do presente contrato é o de **EMPREITADA POR PREÇO TOTAL POR LOTE.**

## CLÁUSULA 3ª - DOS SERVIÇOS

A **CONTRATADA**, pelo presente termo, compromete-se a prestar os serviços de manutenção preventiva, corretiva e operação conforme estabelecidos no Memorial Descritivo – **Anexo 1,** **Parte “A”**, do Edital, parte integrante deste Contrato.

**CLÁUSULA 4ª – SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS E COMPONENTES**

 Caberá à **CONTRATADA**, às suas expensas, sem ônus para o **CONTRATANTE**, a substituição das peças e componentes necessários ao restabelecimento do pleno funcionamento dos equipamentos por ela manutenidos, conforme estabelecido no Memorial Descritivo – **Anexo 1, parte “A”,** do Edital.

CLÁUSULA 5ª – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

 O prazo previsto para a execução do presente contrato é de 12 (doze) meses, consecutivos e ininterruptos, entrando em vigor no dia ............, com plena vigência e efeito a partir da 0:00h da mesma data.

 Findo o prazo acima, por expressa vontade das partes, formalizada por meio de termo de aditamento, nos termos do inciso II, do artigo 57, da Lei Federal nº 8.666/93, o presente contrato poderá ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos até no máximo 60 (sessenta) meses, salvo se, com antecedência de 90 (noventa) dias de seu término, ou de cada uma de suas prorrogações, qualquer das partes denunciá-lo, por escrito: o **CONTRATANTE**, por ofício assinado por Autoridade Competente; a **CONTRATADA**, mediante correspondência protocolada na Área de Comunicações Administrativas do MPSP.

# CLÁUSULA 6ª - DA RESCISÃO

**6.1 -** Este Contrato poderá ser rescindido nos termos e condições ora firmados, obedecidas também às disposições constantes dos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações.

**6.2 -** A inexecução parcial ou total do ajuste ensejará à rescisão contratual, obedecendo-se ao disposto no artigo 79, acarretando as consequências contidas no artigo 80, sem prejuízo das sanções previstas no Capítulo IV, todos da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações, observados, porém, os termos e condições deste Contrato.

**6.3 -** A partir da data em que for concretizada a rescisão, cessarão as obrigações contratuais de ambas as partes, ressalvadas as vencidas até aquela data por imposições constantes da presente avença.

## CLÁUSULA 7ª - DO VALOR DO CONTRATO E RECURSOS CONSIGNADOS

**7.1 -** Para efeito legal, o valor total deste Contrato é de R$ .................. (......................), onerando as despesas do elemento 339039-80 – Conservação e Manutenção de Bens Móveis e Equipamentos, Atividade 595 – Defesa dos Interesses Sociais, da UGE 27.01.01 – Gabinete do Procurador Geral de Justiça.

# CLÁUSULA 8ª - DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

**8.1 -** Para efeito de pagamento, a **CONTRATADA** encaminhará ao Ministério Público do Estado de São Paulo, na pessoa de seu Agente Fiscalizador, lotado na Área Regional correspondente à dos serviços executados, após cada período mensal de prestação, juntamente com a nota fiscal/fatura de serviços, um relatório descritivo dos serviços efetivamente realizados, o qual deverá ser aprovado por esse, ou substituto legal, a serem designados em Portaria da Diretoria-Geral.

**8.1.1 -** O relatório descritivo ao qual se refere o item anterior deverá ser elaborado e encaminhado à Área Regional correspondente, sem prejuízo da alimentação do sistema de informações mencionado no item 1, alínea “d”, do Memorial Descritivo (Anexo 1 – Parte “A”) integrante do Edital desta licitação.

**8.2 -** Os pagamentos referentes aos serviços contratados serão efetuados mensalmente, no 30º (trigésimo) dia, a contar da data da emissão do Termo de Aceite definitivo, proferido pelo Agente Fiscalizador da Área Regional correspondente, indicado pelo **CONTRATANTE**, e se processará mediante crédito em conta-corrente da **CONTRATADA** no Banco do Brasil S/A, nos termos da legislação vigente.

**8.2.1** - Os pagamentos referentes à manutenção preventiva, corretiva e assepsia, objetos deste, serão realizados sempre de forma proporcional aos serviços efetivamente prestados, conforme previsto no item 12 do Memorial Descritivo que acompanha o Edital (Anexo 1 – Parte “A”) deste procedimento licitatório.

**8.2.2** - Por ocasião de apresentação ao **CONTRATANTE** das notas fiscais, recibos ou documentos de cobrança equivalentes, a **CONTRATADA** deverá fazer prova do:

**8.2.2.1** – Recolhimento mensal do INSS, FGTS, nos termos da lei, e

**8.2.2.2** – Recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se a legislação vigente assim permitir, ou destacar na nota fiscal/fatura o valor a ser retido e a legislação municipal vigente que regulamenta referida tributação.

**8.2.3** – As comprovações relativas ao INSS e FGTS a serem apresentadas deverão corresponder ao período de execução.

**8.2.3.1** - As comprovações relativas ao INSS e FGTS deverão ser apresentadas por meio de Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal; arquivo impresso Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (SEFIP), com seu respectivo protocolo de envio, pelo canal da Conectividade Social; e Certidão Negativa de Débitos Previdenciários (ou equivalente, nos termos do art. 206 do Código Tributário Nacional – CTN, emitida pela Secretaria da Receita Federal).

**8.2.4** – Por ocasião da apresentação da nota fiscal/fatura, do recibo ou documento de cobrança equivalente, caso não haja decorrido o prazo legal para recolhimento do INSS, FGTS e do ISSQN, conforme o caso e observada a legislação vigente, poderão ser apresentadas cópias das guias de recolhimento referentes ao mês imediatamente anterior, devendo a **CONTRATADA** apresentar a documentação devida, quando do vencimento do prazo legal para o recolhimento.

**8.2.5** - A não apresentação dessas comprovações assegura ao **CONTRATANTE** o direito de suspender o pagamento respectivo e/ou os pagamentos seguintes até que se dê sua regularização.

**8.2.6 -** No caso de devolução da nota fiscal/fatura, por sua inexatidão, na falta de apresentação das comprovações de recolhimento conforme subitens anteriores, ou na dependência de apresentação da carta corretiva, o prazo fixado nos itens anteriores, será contado a partir da entrega da referida correção.

**8.2.7** - A não apresentação dos documentos e comprovantes mencionados anteriormente assegura ao **CONTRATANTE** o direito de sustar o pagamento respectivo e seguintes.

**8.3 -** Os acréscimos ou supressões nos termos do disposto na Cláusula 8ª, implicarão alteração do valor contratado a partir da data de vigência do Termo Aditivo, até o vencimento deste Contrato.

**8.4** - Havendo atraso no pagamento, sobre a quantia devida incidirá correção monetária nos termos do artigo 74 da Lei Estadual nº 6.544/1989, bem como juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados “*pro rata tempore”* em relação ao atraso verificado.

**8.5 -** No caso de devolução da apólice, de nota fiscal ou fatura ou documento de cobrança equivalente, por sua inexatidão ou da dependência de apresentação de carta corretiva, nos casos em que a legislação admitir, o prazo fixado no subitem 8.2 será contado a partir da data de entrega da referida correção.

**8.6** - Constitui condição para a realização do pagamento, a inexistência de registros em nome da **CONTRATADA** no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo – CADIN Estadual”

#### CLÁUSULA 9ª - DO ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO

 Na forma estabelecida pelo artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, a **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões decorrentes da necessidade do serviço, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicialmente pactuado, mediante comunicação da **CONTRATANTE**.

#### CLÁUSULA 10ª - DOS REAJUSTES E DA PERIODICIDADE

**10.1** - O reajuste dos preços contratados será anual, com base no IPC-FIPE – Índice de Preços ao Consumidor, publicado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade São Paulo, obedecendo-se ao disposto na legislação que regulamenta a matéria, ou na sua falta por qualquer outro índice que venha a substituí-lo por imposição governamental, em razão de legislação superveniente.

**10.2** - O prazo de 12 (doze) meses, para efeito de concessão do reajuste, será contado a partir da data de apresentação da proposta.

**10.3** - Para apuração do reajuste tomar-se-á como base de cálculo, a variação do índice ocorrida entre o mês da apresentação da proposta e o mês em que o reajuste será devido, em conformidade com o disposto no § 5º do artigo 1º da Resolução CC-79, de 12.12.03.

**10.4** - Em caso de revisão contratual, para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, o temo inicial do período será contado da data em que o reajuste ou a revisão anterior tiver ocorrido.

# CLÁUSULA 11ª – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

**11.1 -** Efetuar o pagamento devido, de acordo com o estabelecido neste contrato.

**11.2 -** Fornecer à **CONTRATADA**, bem como aos empregados responsáveis pela execução dos serviços, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital.

**11.3 -** Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

# CLÁUSULA 12ª – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

**12.1 -** Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**12.2 –** Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.

**12.3 -** Comunicar à **CONTRATANTE** as alterações que forem efetuadas em seu Contrato Social ou Estatuto e enviar documentos pertinentes a essas mudanças.

#### CLÁUSULA 13ª - DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

Nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, o presente Contrato é celebrado após procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico sob nº 047/2019, homologado por despacho do Senhor Diretor-Geral às fls. \_\_\_\_ do Processo nº 397/2018 - DG/MP.

# CLÁUSULA 14ª - DOS TRIBUTOS E DEMAIS ENCARGOS

 O valor da presente contratação inclui os tributos vigentes na data de assinatura do presente, decorrentes da legislação social ou fiscal, bem como os originários da relação empregatícia entre a **CONTRATADA** e o pessoal por ela empregado na execução deste Contrato (trabalhista, previdenciário e securitário), os quais ficarão inteiramente a cargo da **CONTRATADA**, não mantendo a **CONTRATANTE** qualquer vínculo empregatício com os empregados da mesma.

# CLÁUSULA 15ª - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

**15.1 -** Para garantia do exato e fiel cumprimento de todas as suas obrigações contratuais, a **CONTRATADA** deverá prestar ao **CONTRATANTE**, após a adjudicação do objeto e até a data de assinatura do Contrato, garantia de execução correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, podendo ser efetuada nas modalidades de garantia preceituadas no parágrafo 1º do artigo 56 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

**15.2 -** A garantia prestada será liberada ou restituída após a lavratura do Termo de Encerramento das obrigações pactuadas, e, quando em dinheiro, atualizadas monetariamente, conforme dispõe o § 4º, do artigo 56 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

**15.3 -** O **CONTRATANTE** poderá descontar do valor da garantia contratual a importância que a qualquer título lhe for devida pela **CONTRATADA**.

**15.4 -** Na hipótese de Fiança Bancária, deverá dela constar expressa renúncia do Benefício de Ordem, nos termos do Código Civil vigente.

**15.5 -** A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade, deverá abranger um período mínimo de três meses após o término da vigência contratual. A garantia deve assegurar a cobertura de todos os eventos ocorridos durante a sua validade, ainda que o sinistro seja comunicado pela Unidade Contratante após expirada a vigência do contrato ou a validade da garantia.

# CLÁUSULA 16ª – DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

 O controle da execução do objeto deste edital será realizado por Agente Fiscalizador ou substituto legal, juntamente com acompanhamento de colaboradores responsáveis, indicados pelas Unidades Administrativas, designados em Portaria da Diretoria-Geral, aos quais caberá a fiscalização da execução do Contrato, comunicando àlicitante vencedoraos fatos eventualmente ocorridos para pronta regularização.

# CLÁUSULA 17ª - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**17.1 -** Aplicam-se à presente contratação, as sanções e demais disposições previstas no Ato (N) n. º 308/2003 - PGJ, publicado no D.O.E. de 19 de março de 2003, cuja cópia é parte integrante deste Contrato, sem prejuízo de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

**17.2 -** Quando aplicada a multa, esta será descontada dos pagamentos eventualmente devidos, conforme disposto no artigo 10º do Ato (N) nº 308/2003 - PGJ, de 18 de março de 2003.

# CLÁUSULA 18ª – DA TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO

**18.1 -** Nos termos do que estabelece o art. 72 da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações, admitir-se-á a subcontratação do valor contratado, até o limite de 30% (trinta por cento), desde que previamente aprovado pelo **CONTRATANTE**.

**18.1.1 -A CONTRATADA** submeterá à apreciação da **CONTRATANTE** a proposta de subcontratação, com a descrição dos serviços e comprovação do respectivo limite fixado.

**18.1.2 -**Para tanto deverá submeter à apreciação do **CONTRATANTE** a(s) empresa(s) que executará(ão) os serviços, a(s) qual(ais) deverá(ão) fazer prova de regularidade de débitos com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, mediante apresentação das respectivas Certidões Negativas de Débito, e da inexistência de impedimento da subcontratada em participação de licitações.

**18.1.2.1 -** Nos termos do inciso II, do art. 48, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, na hipótese de eventual subcontratação, deverá a **CONTRATADA** realizá-la **exclusivamente** com microempresas ou empresas de pequeno porte.

**18.2 -** Fica estabelecido que, cabendo à **CONTRATADA** a responsabilidade integral pela execução do objeto deste Contrato, igual responsabilidade também lhe caberá por todos os serviços executados sob sua administração, não havendo, portanto, qualquer vínculo contratual entre o **CONTRATANTE** e eventuais subcontratadas.

**18.4 -** As faturas e títulos de crédito, emitidos por eventuais subcontratadas, deverão sê-lo sempre em nome da **CONTRATADA**.

# CLÁUSULA 19ª - DAS NORMAS REGEDORAS DO CONTRATO

**19.1 -** A presente contratação encontra-se vinculada ao Edital de Pregão nº 047/2019 e à Proposta da **CONTRATADA,** a qual faz parte integrante desta avença como se aqui estivesse transcrita.

**19.2 -** Aplica-se à presente contratação e aos casos omissos, o disposto na Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

# CLÁUSULA 20ª - DO FORO

 Fica eleito o Foro da Capital do Estado de São Paulo, como único competente para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos do presente Contrato, representado por uma das Varas dos Feitos da Fazenda Pública, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

 E por estarem justas e contratadas, lavrou-se o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os efeitos de direito.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| CONTRATADA |  | **RICARDO DE BARROS LEONEL**Promotor de JustiçaDiretor-Geral |

**ANEXO – 5**

**ATO (N) Nº 308/2003 – P.G.J., DE 18 DE MARÇO DE 2003**

**Publicado no D.O.E. de 19.03.2003**

|  |
| --- |
| Estabelece normas para a aplicação de multas previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações e na Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, no âmbito do Ministério Público do Estado de São Paulo e dá providências correlatas. |

 O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições previstas no artigo 19, inciso IX, alínea "a", da Lei Complementar nº 734, de 26 de novembro de 1993,

 Considerando o que estabelece o artigo 115 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações,

 Considerando a necessidade de se adaptar a atual norma sobre aplicação de multas no âmbito deste Ministério Público,

 Resolve:

 **Artigo 1º** - A sanção administrativa de multa prevista na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações, e na Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, será aplicada, no âmbito deste Ministério Público, de acordo com as normas estabelecidas neste Ato.

 **Artigo 2º** - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Ministério Público, ensejará a aplicação de multa correspondente a 40% (quarenta por cento) a 100% (cem por cento) do valor do respectivo do ajuste, conforme previsto no edital.

 **Artigo 3º** - O atraso injustificado na execução do serviço, obra ou fornecimento do material, sujeitará o contratado à multa de mora, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, na seguinte conformidade:

 **I** - de 1% (um por cento) ao dia, para atraso até 30 (trinta) dias;

 **II** - de 2% (dois por cento) ao dia, para atraso superior a 30 (trinta) dias, limitado a 45 (quarenta e cinco) dias;

 **III** - atraso superior a 45 (quarenta e cinco) dias, caracteriza inexecução parcial ou total, conforme o caso, aplicando-se o disposto no artigo 6º.

 **Artigo 4º** - O atraso será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil, de expediente da Instituição, subsequente ao término do prazo estabelecido para a entrega do material ou execução da obra ou do serviço, até o dia anterior à sua efetivação.

 **Artigo 5º** - O material recusado ou serviço executado em desacordo com o estipulado, deverá ser substituído ou refeito no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da comunicação da recusa.

 **Parágrafo único** - A não ocorrência da substituição ou nova execução dos serviços ensejará a aplicação da multa estabelecida no artigo 3º deste Ato, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo fixado no "caput" deste artigo.

 **Artigo 6º** - Pela inexecução total ou parcial dos serviços, obras ou fornecimento de materiais poderá ser aplicada multa:

 **I** - de 20 (vinte por cento) a 100% (cem por cento), sobre o valor das mercadorias não entregues ou da obrigação não cumprida;

 **II** - no valor correspondente à diferença de preço resultante da nova licitação ou contratação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

 **§ 1º** - Na aplicação da multa a que se refere o inciso I deste artigo, levar-se-á em conta o tipo de objeto, o montante de serviço, obras ou materiais eventualmente executados ou entregues e os prejuízos causados à Instituição e à reincidência da contratada.

 **§ 2º** - As penalidades previstas nos incisos I e II deste artigo são alternativas, prevalecendo a de maior valor.

 **Artigo 7º -** O pedido de prorrogação do prazo para conclusão de obras, serviços ou para entrega de materiais, deverá ser encaminhado à Diretoria Geral e só será apreciado se apresentado antes do vencimento do prazo pactuado, devidamente justificado.

 **Parágrafo único -** A unidade requisitante manifestar-se-á prévia e obrigatoriamente acerca da possibilidade de ser concedida a prorrogação ou da ocorrência de eventuais prejuízos.

 **Artigo 8º** - A aplicação de multa prevista neste Ato será apurada em procedimento administrativo, assegurada a defesa prévia, que deverá ser apresentada no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação.

 **Artigo 9º** - Da aplicação da multa caberá recurso administrativo, que poderá ser interposto no Protocolo Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo, nos termos do § 4º do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar de sua notificação.

 **Artigo 10** - Decorridos 15 (quinze) dias da notificação da decisão definitiva, o valor da multa, aplicada após regular processo administrativo, será:

 **I -** descontado da garantia prestada quando da assinatura do contrato ou instrumento equivalente;

 **II -** descontado de pagamentos eventualmente devidos, quando não houver garantia ou esta for insuficiente; ou

 **III -** recolhido por intermédio de guia de recolhimento específica, pela própria pessoa física ou jurídica multada, preenchendo-se o campo respectivo com o código nº 500, junto à Nossa Caixa Nosso Banco S/A ou Banco do Brasil S.A.

 **Parágrafo único -** Os valores provenientes das multas constituem receitas do Fundo Especial de Despesa do Ministério Público do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 3º da Lei Estadual nº 10.332, de 21 de junho de 1999.

 **Artigo 11** - Decorridos 30 (trinta) dias da notificação da decisão definitiva de aplicação da multa e não tendo sido ela quitada, serão adotadas as medidas necessárias visando sua cobrança.

 **Parágrafo único** – A atualização monetária da multa será efetuada, até a data de seu efetivo pagamento, com base no INPC – IBGE.

 **Artigo 12** - As sanções previstas neste Ato são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações e na Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989.

 **Artigo 13** - O presente Ato deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, todos os instrumentos convocatórios de licitação, contratos ou equivalentes.

 **Artigo 14** - As disposições constantes deste Ato aplicam-se, também, às contratações decorrentes de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

 **Artigo 15** - Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Ato (N) nº 229/2000 - PGJ, de 03 de março de 2000.

----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

**ANEXO – 6**

RESOLUÇÃO Nº 37, DE 28 DE ABRIL DE 2009

**CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

(Publicada no Diário da Justiça, de 18/05/2009, pág. 03)

ALTERA AS RESOLUÇÕES CNMP Nº01/2005, Nº07/06 E Nº21/07, CONSIDERANDO O DISPOSTO NA SÚMULA VINCULANTE Nº13 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

 O Conselho Nacional do Ministério Público, no exercício da competência prevista no art. 130-A, §2°, inciso II, da Constituição Federal e com arrimo no artigo 19 do Regimento Interno, à luz dos *consideranda* mencionados nas Resoluções CNMP n° 01, de 07.11.2005, n° 07, de 17.04.2006, e n° 21, de 19.06.2007, e considerando, ainda, o disposto na Súmula Vinculante n° 13 do Supremo Tribunal Federal, em conformidade com a decisão plenária tomada na sessão realizada no dia 28.04.2009;

**RESOLVE**

 **Art. 1°** - É vedada a nomeação ou designação para cargos em comissão e funções comissionadas, no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados, de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros, compreendido o ajuste mediante designações ou cessões recíprocas em qualquer órgão da Administração Pública direta e indireta dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

 **Art. 2°** - É vedada a nomeação ou designação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de servidor ocupante, no âmbito do mesmo Ministério Público, de cargo de direção, chefia ou assessoramento, para exercício de cargo em comissão ou função comissionada, compreendido o ajuste mediante designações ou cessões recíprocas em qualquer órgão da administração pública direta e indireta dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

 **Art. 3º** - Constituem práticas de nepotismo vedadas no âmbito de todos os órgãos do Ministério Público da União e dos Estados: (Redação dada pela Resolução nº 172, de 4 de julho de 2017).

 **I** – a contratação, em casos excepcionais de dispensa ou inexigibilidade de licitação, de pessoa jurídica da qual sejam sócios cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou de servidor investido em cargo de direção e de assessoramento; (Incluído pela Resolução nº 172, de 4 de julho de 2017).

 **II** – a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação. (Incluído pela Resolução nº 172, de 4 de julho de 2017).

 **§ 1º** - A vedação prevista no inciso II deste artigo não se aplica às hipóteses nas quais a contratação seja realizada por ramo do Ministério Público diverso daquele ao qual pertence o membro ou servidor gerador da incompatibilidade. (Incluído pela Resolução nº 172, de 4 de julho de 2017).

 **§ 2º** - A vedação constante do inciso II deste artigo se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os membros e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização. (Incluído pela Resolução nº 172, de 4 de julho de 2017).

 **§ 3º** - A contratação de empresa pertencente a parente de membro ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo órgão do Ministério Público competente, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório. (Incluído pela Resolução nº 172, de 4 de julho de 2017).

 **Art. 4°** - É vedada a prestação de serviço por empregados de empresas fornecedoras de mão-de-obra que sejam parentes até o terceiro grau dos respectivos membros ou servidores dos órgãos contratantes do Ministério Público da União e dos Estados, observando-se, no que couber, as restrições relativas à reciprocidade entre os Ministérios Públicos ou entre estes e órgãos da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, distrital ou municipal.

 **Parágrafo único**: Cada órgão do Ministério Público estabelecerá, nos contratos firmados com empresas prestadoras de serviços, cláusula proibitiva da prestação de serviço no seu âmbito, na forma estipulada no caput.

 **Art. 5°** - Na aplicação desta Resolução serão considerados, no que couber, os termos do Enunciado n° 01/2006 do Conselho Nacional do Ministério Público.

 **Art. 6°** - Ficam mantidos os efeitos das disposições constantes do artigo 5° da Resolução CNMP n° 01 de 07.11.2005, do artigo 3° da Resolução CNMP n° 07, de 17.04.2006, e do art. 3° da Resolução CNMP n° 21, de 19.06.2007.

 **Art. 7º** - Os órgãos do Ministério Público da União e dos Estados adotarão as providências administrativas para adequação aos termos desta Resolução no prazo de trinta dias.

 **Art. 8°** - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de abril de 2009.

**ANTONIO FERNANDO BARROS E SILVA DE SOUZA**

Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público

**ANEXO – 7**

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO**

 **DECLARO**, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa ........................................ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº ......................................, não se enquadra em nenhuma das hipóteses de vedações previstas na Resolução nº 37, de 28 de abril de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público, em especial nos artigos 3º e 4º e alterações posteriores.

Representante: ...................................... (NOME COMPLETO)

RG nº ..................

São Paulo, \_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

**ANEXO – 8**

**MODELO – DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO**

 Eu \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, representante legal do licitante \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (denominação da pessoa jurídica), interessada em participar do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 047/2019**, processo nº 397/2018 DG/MP, **DECLARO**, sob as penas da lei, especialmente do artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;

b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;

c) o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;

d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;

e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e

f) o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

 **DECLARO**, ainda, que a pessoa jurídica que representa conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013 e do Decreto Estadual nº 60.106/2014, tais como:

**I** – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

**II** – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;

**III** – comprovadamente, utilizar-se de interposta a pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

**IV** – no tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contrato celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;

ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

**V** – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

São Paulo, \_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Carimbo da empresa; nome e cargo da pessoa que assina)

**ANEXO – 9**

**MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA**

(FORNECIDO PELO MINISTÉRIO PUBLICO POR OCASIÃO DA VISTORIA REALIZADA)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2019

PROCESSO Nº 397/2018 – DG/MP

 **ATESTAMOS,** para os devidos fins, que a empresa abaixo relacionada, através de seu representante, **VISTORIOU** os equipamentos e os locais onde serão executados os serviços, objeto deste PREGÃO Nº 047/2019, bem como, tomou conhecimento da natureza e vulto dos serviços técnicos especializados, para utilização das técnicas e normas vigentes, necessárias ao perfeito desenvolvimento dos serviços.

|  |
| --- |
| **IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE** Empresa: .................................................................................................................................... CNPJ: ............................................Nome do representante: .................................................................................................... RG: ........................................... Assinatura: ........................................................ |

|  |
| --- |
| **IDENTIFICAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**LOCAL: .......................................................................................................................................Data da vistoria: ....... / ........ / 2019 - Nome do servidor: ................................................... Nº da Matrícula : ................................... - Assinatura: ............................................. |

**ANEXO – 10**

**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS PROFISSIONAIS**

- Informações Gerais da Licitante

- Remuneração e Encargos Previdenciários e Trabalhistas dos profissionais exigidos no **Anexo 1**, **Parte “A”** - item 7

- Relatório de custo detalhado e relatório de custo total

**OBS:** SOMENTE A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR ESTA PLANILHA, QUANDO SOLICITADO PELO PREGOEIRO

**ANEXO – 11**

**MODELO DE PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DA PROPOSTA**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva mensal, corretiva e assepsia, incluindo o fornecimento de gases, fluidos, peças ou componentes, às expensas da licitante vencedora, em equipamentos de ar-condicionado do tipo Janela e Split, bem como em equipamentos do tipo Cortina de Ar, instalados em diversas unidades do Ministério Público do Estado de São Paulo.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **LOTE 01** | **ÁREA REGIONAL** | **MUNICÍPIOS** |
| ARAÇATUBA | ANDRADINA; ARAÇATUBA; BILAC; BIRIGUI; BURITAMA; CAFELÂNDIA; GETULINA; GUARARAPES; ILHA SOLTEIRA; LINS; MIRANDÓPOLIS; PENÁPOLIS; PEREIRA BARRETO; PROMISSÃO; VALPARAÍSO. |
| **CONDICIONADORES DE AR TIPO JANELA** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| 12.000 | 6 |   |   |
| 15.000 | 1 |   |   |
| 18.000 | 4 |   |   |
| **CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| 9.000 | 12 |   |   |
| 12.000 | 4 |   |   |
| 18.000 | 27 |   |   |
| 24.000 | 8 |   |   |
| 35.000 | 1 |   |   |
| **CORTINA DE AR** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| - | 1 |   |   |
| **CUSTO MENSAL TOTAL PREVISTO (R$)** | **CUSTO ANUAL TOTAL PREVISTO (R$)** |
| 0 | 0 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **LOTE 02** | **ÁREA REGIONAL** | **MUNICÍPIOS** |
| BAURU | AGUDOS; AVARÉ; BARIRI; BARRA BONITA.; BAURU; BORBOREMA; BOTUCATU; CERQUEIRA CÉSAR; CHAVANTES; DOIS CÓRREGOS; DUARTINA; FARTURA; GÁLIA; GARÇA; IACANGA; IBITINGA; IPAUSSU; ITÁPOLIS; ITATINGA; JAÚ; LENÇÓIS PAULISTA; MACATUBA; MARÍLIA; OURINHOS; PALMITAL; PEDERNEIRAS; PIRAJU; PIRAJUÍ; PIRATININGA; POMPÉIA; SANTA CRUZ DO RIO PARDO; SÃO MANUEL. |
| **CONDICIONADORES DE AR TIPO JANELA** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| 7.500 | 3 |   |   |
| 12.000 | 3 |   |   |
| 18.000 | 7 |   |   |
| 21.000 | 3 |   |   |
| **CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| 9.000 | 7 |   |   |
| 12.000 | 16 |   |   |
| 18.000 | 29 |   |   |
| 22.000 | 1 |   |   |
| 24.000 | 10 |   |   |
| 30.000 | 58 |   |   |
| 36.000 | 7 |   |   |
| **CORTINA DE AR** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| - | 2 |   |   |
| **CUSTO MENSAL TOTAL PREVISTO (R$)** | **CUSTO ANUAL TOTAL PREVISTO (R$)** |
| 0 | 0 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **LOTE 03** | **ÁREA REGIONAL** | **MUNICÍPIOS** |
| CAMPINAS | AGUAÍ; ÁGUAS DE LINDÓIA; AMPARO; ARTUR NOGUEIRA; ATIBAIA; BRAGANÇA PAULISTA; CAJAMAR (JORDANÉSIA); CAMPINAS; CAMPO LIMPO PAULISTA; CONCHAL; COSMÓPOLIS; ESPÍRITO SANTO DO PINHAL; HORTOLÂNDIA; INDAIATUBA; ITAPIRA; ITATIBA; ITUPEVA; JAGUARIÚNA; JARINU; JUNDIAÍ; LOUVEIRA; MOGI-GUAÇU; MOJI-MIRIM; MONTE MOR; NAZARÉ PAULISTA; NOVA ODESSA; PAULÍNIA; PEDREIRA; PINHALZINHO; PIRACAIA; SÃO JOÃO DA BOA VISTA; SERRA NEGRA; SOCORRO; SUMARÉ; VALINHOS; VARGEM GRANDE DO SUL; VÁRZEA PAULISTA; VILA MIMOSA; VINHEDO. |
| **CONDICIONADORES DE AR TIPO JANELA** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| 7.500 | 2 |   |   |
| 7.600 | 1 |   |   |
| 10.000 | 3 |   |   |
| 12.000 | 11 |   |   |
| 12.500 | 1 |   |   |
| 17.500 | 50 |   |   |
| 18.000 | 33 |   |   |
| **CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| 9.000 | 1 |   |   |
| 12.000 | 10 |   |   |
| 18.000 | 26 |   |   |
| 24.000 | 12 |   |   |
| 30.000 | 15 |   |   |
| 58.000 | 2 |   |   |
| **CORTINA DE AR** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| - | 0 |   |   |
| **CUSTO MENSAL TOTAL PREVISTO (R$)** | **CUSTO ANUAL TOTAL PREVISTO (R$)** |
| 0 | 0 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **LOTE 04** | **ÁREA REGIONAL** | **MUNICÍPIOS** |
| CAPITAL | RUA RIACHUELO, 115; RUA RAFAEL DE BARROS; RUA TREZE DE MAIO, 1255, 1259 e 1263; AV. CASA VERDE, 571/573; RUA DR. FREDERICO STEIDEL, 120; RUA MANOEL DA NÓBREGA, 242; RUA SENADOR FEIJÓ 164 a 176; RUA PIRATININGA, 105; PRAÇA DR. JOÃO MENDES JÚNIOR S/Nº; RUA AGOSTINHO GOMES, 1455; AV. PIRES DO RIO, 3915-SL 112; RUA CLEMENTE ÁLVARES, 120; RUA DR. VILA NOVA, 285; RUA DR. JOÃO RIBEIRO, 433; RUA JERICÓ, S/N.º. |
| **CONDICIONADORES DE AR TIPO JANELA** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| 7.500 | 4 |   |   |
| 10.000 | 5 |   |   |
| 10.500 | 1 |   |   |
| 12.000 | 33 |   |   |
| 12.500 | 9 |   |   |
| 15.000 | 2 |   |   |
| 18.000 | 57 |   |   |
| 21.000 | 6 |   |   |
| 30.000 | 4 |   |   |
| **CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| 7.500 | 1 |   |   |
| 9.000 | 19 |   |   |
| 12.000 | 94 |   |   |
| 18.000 | 23 |   |   |
| 24.000 | 21 |   |   |
| 30.000 | 5 |   |   |
| 60.000 | 12 |   |   |
| **CORTINA DE AR** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| - | 0 |   |   |
| **CUSTO MENSAL TOTAL PREVISTO (R$)** | **CUSTO ANUAL TOTAL PREVISTO (R$)** |
| 0 | 0 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **LOTE 05** | **ÁREA REGIONAL** | **MUNICÍPIOS** |
| FRANCA | ALTINOPÓLIS; BATATAIS; FRANCA; GUAÍRA; GUARÁ; IGARAPAVA; IPUÃ; ITUVERAVA; MIGUELÓPOLIS; MORRO AGUDO; NUPORANGA; ORLÂNDIA; PATROCÍNIO PAULISTA; PEDREGULHO; SÃO JOAQUIM DA BARRA. |
| **CONDICIONADORES DE AR TIPO JANELA** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| 7.500 | 1 |   |   |
| 10.000 | 2 |   |   |
| 12.000 | 2 |   |   |
| 18.000 | 13 |   |   |
| **CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| 9.000 | 5 |   |   |
| 12.000 | 13 |   |   |
| 18.000 | 9 |   |   |
| 24.000 | 10 |   |   |
| **CORTINA DE AR** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| - | 0 |   |   |
| **CUSTO MENSAL TOTAL PREVISTO (R$)** | **CUSTO ANUAL TOTAL PREVISTO (R$)** |
| 0 | 0 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **LOTE 06** | **ÁREA REGIONAL** | **MUNICÍPIOS** |
| GRANDE SÃO PAULO I | DIADEMA; MAUÁ; RIO GRANDE DA SERRA; SANTO ANDRÉ; SÃO BERNARDO DO CAMPO; SÃO CAETANO DO SUL. |
| **CONDICIONADORES DE AR TIPO JANELA** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| 7.500 | 5 |   |   |
| 9.000 | 2 |   |   |
| 12.000 | 30 |   |   |
| 18.000 | 8 |   |   |
| **CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| 12.000 | 17 |   |   |
| 18.000 | 4 |   |   |
| 24.000 | 7 |   |   |
| **CORTINA DE AR** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| - | 0 |   |   |
| **CUSTO MENSAL TOTAL PREVISTO (R$)** | **CUSTO ANUAL TOTAL PREVISTO (R$)** |
| 0 | 0 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **LOTE 07** | **ÁREA REGIONAL** | **MUNICÍPIOS** |
| GRANDE SÃO PAULO II | BARUERI; CARAPICUÍBA; COTIA; FRANCISCO MORATO; FRANCO DA ROCHA; JANDIRA; OSASCO; SANTANA DO PARANÍBA; TABOÃO DA SERRA; VARGEM GRANDE PAULISTA. |
| **CONDICIONADORES DE AR TIPO JANELA** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| 12.000 | 5 |   |   |
| 18.000 | 5 |   |   |
| **CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| 12.000 | 14 |   |   |
| 18.000 | 13 |   |   |
| 22.000 | 6 |   |   |
| 24.000 | 4 |   |   |
| 30.000 | 3 |   |   |
| 36.000 | 3 |   |   |
| **CORTINA DE AR** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| - | 0 |   |   |
| **CUSTO MENSAL TOTAL PREVISTO (R$)** | **CUSTO ANUAL TOTAL PREVISTO (R$)** |
| 0 | 0 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **LOTE 08** | **ÁREA REGIONAL** | **MUNICÍPIOS** |
| GRANDE SÃO PAULO III | ARUJÁ; FERRAZ DE VASCONCELOS; GUARULHOS; ITAQUAQUECETUBA; MAIRIPORÃ; MOGI DAS CRUZES; SUZANO. |
| **CONDICIONADORES DE AR TIPO JANELA** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| 7.500 | 2 |   |   |
| 12.000 | 6 |   |   |
| 18.000 | 4 |   |   |
| **CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| 9.000 | 7 |   |   |
| 12.000 | 114 |   |   |
| 18.000 | 7 |   |   |
| 24.000 | 17 |   |   |
| **CORTINA DE AR** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| - | 0 |   |   |
| **CUSTO MENSAL TOTAL PREVISTO (R$)** | **CUSTO ANUAL TOTAL PREVISTO (R$)** |
| 0 | 0 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **LOTE 09** | **ÁREA REGIONAL** | **MUNICÍPIOS** |
| PIRACICABA | AMERICANA; ARARAS; BROTAS; CAPIVARI; CERQUILHO; CONCHAS; CORDEIRÓPOLIS; ITIRAPINA; LARANJAL PAULISTA; LEME; LIMEIRA; PIRACICABA; RIO CLARO; RIO DAS PEDRAS; SANTA BARBARA DO OESTE; SÃO PEDRO. |
| **CONDICIONADORES DE AR TIPO JANELA** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| 7.500 | 4 |   |   |
| 10.000 | 3 |   |   |
| 12.000 | 7 |   |   |
| 12.300 | 1 |   |   |
| 17.500 | 14 |   |   |
| 18.000 | 34 |   |   |
| **CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| 7.000 | 1 |   |   |
| 12.000 | 5 |   |   |
| 18.000 | 15 |   |   |
| 24.000 | 2 |   |   |
| 30.000 | 5 |   |   |
| 36.000 | 4 |   |   |
| **CORTINA DE AR** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| - | 0 |   |   |
| **CUSTO MENSAL TOTAL PREVISTO (R$)** | **CUSTO ANUAL TOTAL PREVISTO (R$)** |
| 0 | 0 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **LOTE 10** | **ÁREA REGIONAL** | **MUNICÍPIOS** |
| PRESIDENTE PRUDENTE | ADAMANTINA; ASSIS; BASTOS; CÂNDIDO MOTA; DRACENA; FLÓRIDA PAULISTA; IEPÊ; JUNQUEIRÓPOLIS; LUCÉLIA; MARTINÓPOLIS; MARACAÍ; MIRANTE DO PARANAPANEMA; OSVALDO CRUZ; PACAEMBU; PANORAMA; PARAGUAÇU PAULISTA; PIRAPOZINHO; PRESIDENTE BERNARDES; PRESIDENTE EPITÁCIO; PRESIDENTE PRUDENTE; PRESIDENTE VENCESLAU; PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CÂNDIDO MOTA; QUATÁ; RANCHARIA; REGENTE FEIJÓ; ROSANA; SANTO ANASTÁCIO; TEODORO SAMPAIO; TUPÃ; TUPI PAULISTA. |
| **CONDICIONADORES DE AR TIPO JANELA** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| 7.000 | 1 |   |   |
| 10.000 | 1 |   |   |
| 12.000 | 10 |   |   |
| 12.500 | 1 |   |   |
| 18.000 | 15 |   |   |
| 21.000 | 2 |   |   |
| **CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| 9.000 | 6 |   |   |
| 12.000 | 67 |   |   |
| 17.000 | 14 |   |   |
| 18.000 | 31 |   |   |
| 24.000 | 18 |   |   |
| 28.000 | 2 |   |   |
| 30.000 | 5 |   |   |
| 36.000 | 2 |   |   |
| 58.000 | 5 |   |   |
| **CORTINA DE AR** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| - | 0 |   |   |
| **CUSTO MENSAL TOTAL PREVISTO (R$)** | **CUSTO ANUAL TOTAL PREVISTO (R$)** |
| 0 | 0 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **LOTE 11** | **ÁREA REGIONAL** | **MUNICÍPIOS** |
| RIBEIRÃO PRETO | AMÉRICO BRASILIENSE; ARARAQUARA; BEBEDOURO; BRODOWSKI; CACONDE; CAJURU; CASA BRANCA; CRAVINHOS; DESCALVADO; GUARIBA; IBATÉ; JABOTICABAL; JARDINÓPOLIS; MATÃO; MOCOCA; MONTE ALTO; PIRANGI; PIRASSUNUNGA; PITANGUEIRAS; PONTAL; PORTO FERREIRA; RIBEIRÃO BONITO; RIBEIRÃO PRETO; SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS; SANTA RITA DO PASSA QUATRO; SANTA ROSA DO VITERBO; SÃO CARLOS; SÃO JOSÉ DO RIO PARDO; SÃO SEBASTIÃO DA GRAMA; SÃO SIMÃO; SERRANA; SERTÃOZINHO; TAMBAÚ; TAQUARITINGA; VIRADOURO. |
| **CONDICIONADORES DE AR TIPO JANELA** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| 12.000 | 12 |   |   |
| 12.500 | 4 |   |   |
| 18.000 | 15 |   |   |
| 21.000 | 4 |   |   |
| **CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| 9.000 | 9 |   |   |
| 12.000 | 88 |   |   |
| 18.000 | 30 |   |   |
| 22.000 | 1 |   |   |
| 24.000 | 5 |   |   |
| 28.000 | 2 |   |   |
| 30.000 | 5 |   |   |
| **CORTINA DE AR** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| - | 0 |   |   |
| **CUSTO MENSAL TOTAL PREVISTO (R$)** | **CUSTO ANUAL TOTAL PREVISTO (R$)** |
| 0 | 0 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **LOTE 12** | **ÁREA REGIONAL** | **MUNICÍPIOS** |
| SANTOS | BERTIOGA; CUBATÃO; GUARUJÁ; ITANHAÉM; MONGAGUÁ; PERUÍBE; PRAIA GRANDE; SANTOS; SÃO VICENTE. |
| **CONDICIONADORES DE AR TIPO JANELA** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| 10.000 | 2 |   |   |
| 12.000 | 4 |   |   |
| 18.000 | 19 |   |   |
| **CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| 9.000 | 7 |   |   |
| 12.000 | 5 |   |   |
| 18.000 | 34 |   |   |
| **CORTINA DE AR** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| - | 0 |   |   |
| **CUSTO MENSAL TOTAL PREVISTO (R$)** | **CUSTO ANUAL TOTAL PREVISTO (R$)** |
| 0 | 0 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **LOTE 13** | **ÁREA REGIONAL** | **MUNICÍPIOS** |
| SÃO JOSÉ DO RIO PRETO | AURIFLAMA; BARRETOS; CARDOSO; CATANDUVA; COLINA; ESTRELA D’OESTE; FERNANDÓPOLIS; GENERAL SALGADO; ITAJOBI; JALES; JOSÉ BONIFÁCIO; MACAUBAL; MIRASSOL; MONTE APRAZÍVEL; MONTE AZUL PAULISTA; NEVES PAULISTA; NHANDEARA; NOVA GRANADA; NOVO HORIZONTE; OLÍMPIA; OUROESTE; PALESTINA; PALMEIRA D’OESTE; PAULO DE FARIA; POTIRENDABA; SANTA ADÉLIA; SANTA FÉ DO SUL; SÃO JOSÉ DO RIO PRETO; TABAPUÃ; TANABI; URANIA; URUPÊS; VOTUPORANGA. |
| **CONDICIONADORES DE AR TIPO JANELA** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| 10.500 | 1 |   |   |
| 12.000 | 11 |   |   |
| 15.000 | 1 |   |   |
| 18.000 | 14 |   |   |
| 21.000 | 8 |   |   |
| **CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| 7.500 | 1 |   |   |
| 9.000 | 5 |   |   |
| 12.000 | 15 |   |   |
| 18.000 | 35 |   |   |
| 24.000 | 28 |   |   |
| 30.000 | 21 |   |   |
| 36.000 | 2 |   |   |
| 48.000 | 2 |   |   |
| 60.000 | 3 |   |   |
| **CORTINA DE AR** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| - | 0 |   |   |
| **CUSTO MENSAL TOTAL PREVISTO (R$)** | **CUSTO ANUAL TOTAL PREVISTO (R$)** |
| 0 | 0 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **LOTE 14** | **ÁREA REGIONAL** | **MUNICÍPIOS** |
| SOROCABA | ANGATUBA; APIAÍ; BOITUVA; BURI; CABREÚVA; CAPÃO BONITO; IBIÚNA; ITABERÁ; ITAÍ; ITAPETININGA; ITAPEVA; ITAPORANGA; ITARARÉ; ITU; MAIRINQUE; PARANAPANEMA; PIEDADE; PILAR DO SUL; PORANGABA; PORTO FELIZ; SALTO; SALTO DE PIRAPORA; SÃO MIGUEL ARCANJO; SÃO ROQUE; SOROCABA; TAQUARITUBA; TATUÍ; TIETÊ; VOTORANTIM. |
| **CONDICIONADORES DE AR TIPO JANELA** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| 7.500 | 2 |   |   |
| 9.500 | 1 |   |   |
| 9.000 | 16 |   |   |
| 12.000 | 11 |   |   |
| 18.000 | 7 |   |   |
| 21.000 | 2 |   |   |
| **CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| 7.000 | 1 |   |   |
| 7.500 | 1 |   |   |
| 9.000 | 3 |   |   |
| 12.000 | 31 |   |   |
| 18.000 | 44 |   |   |
| 24.000 | 5 |   |   |
| 27.000 | 5 |   |   |
| 30.000 | 2 |   |   |
| **CORTINA DE AR** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| - | 0 |   |   |
| **CUSTO MENSAL TOTAL PREVISTO (R$)** | **CUSTO ANUAL TOTAL PREVISTO (R$)** |
| 0 | 0 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **LOTE 15** | **ÁREA REGIONAL** | **MUNICÍPIOS** |
| TAUBATÉ | APARECIDA; BANANAL; CAÇAPAVA; CACHOEIRA PAULISTA; CAMPOS DO JORDÃO; CARAGUATATUBA; CRUZEIRO; CUNHA; GUARATINGUETÁ; ILHABELA; JACAREÍ; LORENA; NATIVIDADE DA SERRA; PARAIBUNA; PINDAMONHANGABA; PIQUETE; QUELUZ; ROSEIRA; SALESÓPOLIS; SANTA BRANCA; SÃO BENTO DO SAPUCAI; SÃO JOSÉ DOS CAMPOS; SÃO LUIZ DO PARAITINGA; SÃO SEBASTIÃO; TAUBATÉ; TREMEMBÉ; UBATUBA. |
| **CONDICIONADORES DE AR TIPO JANELA** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| 7.500 | 1 |   |   |
| 8.000 | 1 |   |   |
| 12.000 | 5 |   |   |
| 12.500 | 1 |   |   |
| 18.000 | 7 |   |   |
| **CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| 12.000 | 41 |   |   |
| 18.000 | 9 |   |   |
| 24.000 | 10 |   |   |
| **CORTINA DE AR** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| - | 0 |   |   |
| **CUSTO MENSAL TOTAL PREVISTO (R$)** | **CUSTO ANUAL TOTAL PREVISTO (R$)** |
| 0 | 0 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **LOTE 16** | **ÁREA REGIONAL** | **MUNICÍPIOS** |
| VALE DO RIBEIRA | CANANÉIA; ELDORADO; IGUAPE; ITARIRI; JACUPIRANGA; JUQUIÁ; MIRACATU; PARIQUERA-AÇU; REGISTRO. |
| **CONDICIONADORES DE AR TIPO JANELA** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| 12.000 | 2 |   |   |
| 18.000 | 10 |   |   |
| **CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| 9.000 | 1 |   |   |
| 24.000 | 3 |   |   |
| **CORTINA DE AR** |
| **BTU** | **QTDE** | **Custos de manutenção preventiva e corretiva** |
| **R$ (unit.)** | **R$ (total)** |
| - | 0 |   |   |
| **CUSTO MENSAL TOTAL PREVISTO (R$)** | **CUSTO ANUAL TOTAL PREVISTO (R$)** |
| 0 | 0 |
|  |
| **CUSTO TOTAL PREVISTO PARA TODAS ÁREAS REGIONAIS (R$)** |
| **MENSAL** | **0** | **ANUAL** | **0** |

**OBS:** SOMENTE A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR ESTA PLANILHA, QUANDO SOLICITADO PELO PREGOEIRO

**ANEXO – 12**

**MODELO DE CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO**

|  |
| --- |
| **1° ANO DE CONTRATO – CUSTO MÉDIO POR LOTE COTADO** |
| **LOTES** | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | **R$ TOTAL** |
| ÁREAS REGIONAIS |
| Araçatuba | Bauru | Campinas | Capital | Franca | Grande SP I | Grande SP II | Grande SP III | Piracicaba | Presidente Prudente | Ribeirão Preto | Santos | São José do Rio Preto | Sorocaba | Taubaté | Vale do Ribeira |
| **CUSTO MÉDIO MENSAL** |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **CUSTO MÉDIO ANUAL** |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

**OBS:** SOMENTE A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR ESTE CRONOGRAMA, QUANDO SOLICITADO PELO PREGOEIRO

**ANEXO – 13**

**CORRELAÇÃO ENTRE DESCRIÇÃO DA BEC E LOTES DO EDITAL**

|  |  |
| --- | --- |
| **descritivo - bec** | **descritivo edital – ORDEM PARA COLOCAÇÃO DE PROPOSTAS NA BEC** |
| **ITEM** | **CÓDIGO** | **DESCRIÇÃO** | **QTDE.** | **UNIDADE DE FORNECIMENTO** |
| 1 | 130893 | LOTE 01 | 12 | VIDE EDITAL | LOTE 1 |
| 2 | 138959 | LOTE 10 | 12 | VIDE EDITAL | LOTE 10 |
| 3 | 192236 | LOTE 16 | 12 | VIDE EDITAL | LOTE 16 |
| 4 | 192210 | LOTE 14 | 12 | VIDE EDITAL | LOTE 14 |
| 5 | 192201 | LOTE 13 | 12 | VIDE EDITAL | LOTE 13 |
| 6 | 192228 | LOTE 15 | 12 | VIDE EDITAL | LOTE 15 |
| 7 | 138967 | LOTE 11 | 12 | VIDE EDITAL | LOTE 11 |
| 8 | 138975 | LOTE 12 | 12 | VIDE EDITAL | LOTE 12 |
| 9 | 130907 | LOTE 02 | 12 | VIDE EDITAL | LOTE 2 |
| 10 | 130915 | LOTE 03 | 12 | VIDE EDITAL | LOTE 3 |
| 11 | 138894 | LOTE 04 | 12 | VIDE EDITAL | LOTE 4 |
| 12 | 138908 | LOTE 05 | 12 | VIDE EDITAL | LOTE 5 |
| 13 | 138916 | LOTE 06 | 12 | VIDE EDITAL | LOTE 6 |
| 14 | 138924 | LOTE 07 | 12 | VIDE EDITAL | LOTE 7 |
| 15 | 138932 | LOTE 08 | 12 | VIDE EDITAL | LOTE 8 |
| 16 | 138940 | LOTE 09 | 12 | VIDE EDITAL | LOTE 9 |